

# O JOGO ENTRE INTENCIONALIDADES E RECONHECIMENTOS:

## Pragmática Jornalística e Construção de Sentidos

Luiz Gonzaga Motta

### RESUMO

O artigo argumenta que na comunicação jornalística está presente a contradição entre objetividade e subjetividade (logos e mitos): o jornalista procura garantir a adesão do seu interlocutor através de um "contrato" que valoriza o referente; mas a negociação de sentidos varia segundo a retórica jornalística e os imaginários do leitor. Esse jogo de criação de sentidos pode ser observado entre as intencionalidades do emissor e as interpretações do destinatário. A antropologia literária e a teoria da recepção estética fornecem os subsídios teóricos e metodológicos para a análise pragmática e narratológica. Um papel central é atribuído à narrativa no estabelecimento de seqüências temporais que constroem sentidos de continuidade, vinculando presente, passado e futuro. Atenção especial é dedicada aos subgêneros jornalísticos (hard e soft news) na construção de diferentes graus de ficcionalidades e diferentes relações comunicativas.

**Palavras chave:** pragmática jornalística, narrativa jornalística, objetividade/subjetividade, negociação de sentidos

### ABSTRACT

The article argues that there is a contradiction between objectivity and subjectivity (logos and myths) in the communicative process established by journalism: the journalist tries to ensure its audience's adhesion through a "contract" that values the referent; nevertheless, the negotiation of meanings varies according to journalistic rhetoric and readers' imaginary. Such game of meaning creation can be observed in the intentions of the sender and in the interpretations of receivers. Literary anthropology and the theory of aesthetic reception provide the theoretical and methodological framework for pragmatic and narrative analysis. A central role is given to narrative in establishing temporal sequences and in the construction of senses of continuity, linking present, past and future. Special attention is given to journalist genres (hard and soft news) in establishing different degrees of "fictionality" and different communicative relations.

**Key words:** journalism pragmatic, journalistic narrative, objectivity/ subjectivity, meaning negotiations

Luiz Gonzaga Motta é jornalista e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) onde orienta projetos e desenvolve pesquisas sobre a narrativa jornalística e a produção de sentidos. É mestre em jornalismo pela Indiana University e doutor em comunicação pela University of Wisconsin e pós-doutor junto à Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha.

Todo ato comunicativo é um processo dinâmico, um jogo dialético de criação de sentidos entre um sujeito emissor e um sujeito destinatário. Um princípio de contrários, um jogo entre efeitos pretendidos e resultados logrados. Um jogo entre aquilo que o emissor diz explicitamente, além das intencionalidades implícitas no seu ato de fala, por um lado, e as interpretações lineares e reinterpretções criativas que o receptor destinatário leva a cabo no seu ato de leitura, por outro lado. Em todo ato comunicativo, o emissor transmite parte do seu conteúdo de forma explícita, parte de forma implícita. Da mesma maneira, o destinatário interpreta a mensagem parcialmente através de seus conteúdos explícitos, parcialmente através de estímulos implicitamente sugeridos pelo enunciado. Mas, o destinatário acrescenta e recria a partir de suas próprias perspectivas. Há em todo ato comunicativo uma confrontação entre a estrutura de sentido produzida pelo emissor em sua manifestação e os modelos de mundo que o leitor traz consigo (mundos possíveis).

Particularmente, o processo de comunicação jornalística traz de maneira manifesta ou latente elementos destes dois níveis do processo comunicativo, embora na prática eles sejam difíceis de se diferenciar porque estão demasiado interdependentes e superpostos, só se justificando separá-los para efeito de uma análise. O nível de transmissão do explícito se refere ao ato de informar, de repassar informações específicas e concretas. Relaciona-se mais propriamente ao conteúdo manifesto que está sendo repassado, está ligado à transmissão objetiva de informações de um emissor para um destinatário, é mais facilmente quantificável. Sua análise concerne mais propriamente ao emissor, embora possa incidir também sobre o destinatário. Outro nível, concomitante com o anterior, refere-se ao processo de comunicação propriamente dito, e diz respeito aos vários mecanismos de percepção simultânea das diversas interpretações por parte dos interlocutores que tomam parte no ato comunicativo. Tem a ver, portanto, com uma troca de experiências onde intervêm inúmeros fatores objetivos, mas principalmente aqueles fatores subjetivos e intersubjetivos (memória, emoções, sentimentos, paixões, etc.), e a ação principal concentra-se no destinatário porque é ele quem torna possível a performance da experiência comunicativa integral. Tradicionalmente, o jornalismo procura aumentar a eficiência informativa ao máximo objetivando a forma de suas mensagens e preservando-as de emoções ou de valores, mas isto não impede a sua percepção integral, inclusive sua interpretação subjetivada ou poética. Assim, todo jornalismo é comunicação, embora nem toda comunicação seja jornalismo, obviamente<sup>1</sup>.

Alguns autores da comunicação pragmática observam que uma distinção fundamental é a que se estabelece entre o que se diz (no jornalismo, a informação objetiva de cada notícia) e o que se comunica. O que se diz corresponde basicamente ao conteúdo proposicional do enunciado, aos fatos relatados pela história descrita na notícia, tal como se entende desde um ponto de vista lógico, sendo passível de ser avaliado a partir de uma lógica veritativo-condicional. De outra parte, o que se comunica é toda a informação que se transmite com o enunciado, mas que é diferente de seu conteúdo proposicional. Trata-se, portanto, de um conteúdo implícito e recebe o nome de *implicatura*. As implicaturas devem definir-se e explicar-se de acordo com os princípios que organizam a conversação, são os efeitos de sentido que se insinuam no ato comunicativo, que se derivam tanto dos significados das palavras e sinais do texto como de princípios estéticos, morais ou sociais subentendidos no ato comunicativo<sup>2</sup>.

Em princípio, os enunciados das notícias devem todos ser relatos objetivos, escritos em textos descritivos, claros, ordenados e coerentes, seguindo os cânones da linguagem jornalística<sup>3</sup>. Os manuais de redação jornalística, assim como os livros de técnica do jornalismo, insistem que o jornalismo é o lugar da racionalidade e da objetividade, onde deve evitar-se não apenas a opinião e os pontos de vista de quem escreve, mas também toda e qualquer insinuação poética. As máximas do jornalismo orientam o texto para que ele repasse ao destinatário apenas os conteúdos proposicionais. Em princípio, portanto, as notícias não deveriam conter elementos que insinuem quaisquer implicaturas além daquelas estritamente proposicionais, não deveriam sugerir nenhum outro efeito de sentido além dos conteúdos manifestos, deveriam reduzir o ato comunicativo ao simples repasse de informações concretas. Esse é o desejo do profissional do jornalismo na sua máxima operatividade.

É preciso observar com mais cautela o que ocorre no ato de comunicação jornalística, entretanto. As notícias são conteúdos manifestos, mas são também sentidos inacabados que convidam o leitor a complementar cooperativamente as significações, como em qualquer processo literário. Mesmo aquelas notícias com significações mais precisas, que conseguem “descontaminar-se” ao máximo dos conteúdos simbólicos subjetivos podem sugerir estados de espírito ou interpretações fabuladas do real, estimular a imaginação do leitor, criar fantasias. Entendidas como sistema simbólico, as notícias são *logos* e são *mythos*; por um lado são razão, fatos históricos, mas por outro são *mythos*, encerram objetividades e subjetividades que dotam os acontecimentos de sentidos de passado e de futuro, do bem e do mal, do bonito e do feio, do que pode e do que não pode, sugerem difusas ideologias, estimulam desejos e utopias. Ainda que o jornalista faça todo o esforço para escrever um relato objetivo e manter o seu texto o mais próximo possível do referente empírico, aquilo que ele transmite não se restringe jamais à informação apenas, e o seu texto poderá sempre ser interpretado de outras formas, poderá até ser entendido por alguém como fábula ou como *mythos*<sup>4</sup>.

Como argumenta o antropólogo catalão Lluís Duch, o mito é parte inalienável e indestrutível de nossas biografias, pois as nossas histórias são as nossas fabulações, as nossas biografias contêm uma mescla muito difícil de se distinguir de elementos míticos e elementos lógicos. Para este autor, não é suficiente um indivíduo ou uma sociedade inteira policiar a sua natureza mítica para desfazer a sua forma expressiva, pois o mito habita o reino do implícito e costuma fazer-se presente de maneira contraditória em diversas manifestações humanas. Nossa biografia, diz ele, não é e não será nunca uma construção asséptica e objetiva, mas uma narração onde o desejo, as ilusões, os sonhos e a realidade se confundem em proposições sempre impossíveis de se discernir. A experiência humana imediata, continua o autor, é assediada por um sem-fim de princípios contrários entre si, por forças, manifestações, tendências e obsessões difíceis de conciliar. A irrupção do mito justamente no centro das épocas e sociedades que se autoqualificam de antimíticas se deve à necessidade que tem o ser humano de retornar às fontes psicossomáticas mais profundas da sua experiência existencial. Entretanto, finaliza, todo discurso humano, inclusive aquele que se pretende neutro e objetivo, é dirigido por vontades implícitas, carências e interrogantes que têm muito pouco a ver com a materialidade gramatical do discurso lógico<sup>5</sup>.

As análises pragmáticas da comunicação jornalística devem partir do pressuposto de que a notícia pretende ser um relato objetivo do real, que utiliza elementos de linguagem para reivindicar um relato sempre próximo ao referente empírico que narra, pois essa é a máxima

que rege a linguagem jornalística. Mas, precisam concentrar a atenção também na procura das significações simbólicas, na revelação dos conteúdos implícitos ou explícitos que contribuem para uma percepção *mitopoyética* das notícias. Não devem nem podem descartar as objetividades manifestas, porque elas contribuem para o sentido integral final. Mas, devem igualmente tomar as notícias como sistemas simbólicos e procurar identificar a presença de fragmentos do *mythos* nas notícias individuais ou nos conjuntos de notícias sobre determinado assunto. Ou seja, o foco da análise deve estar na contradição entre a intenção de objetividade e a presença de elementos estéticos e subjetivos que revelem estímulos ao imaginário do leitor, deve partir do pressuposto de que, na contemporaneidade, o jornalismo é um lugar por excelência de realização das ambigüidades da experiência do ser humano.

Quer-se reafirmar a convicção de que a linguagem jornalística, enquanto forma intermediadora do conhecimento, é ambígua e polissêmica como a própria natureza humana e a realidade que procura apreender e relatar. Na linguagem jornalística coexistem elementos lógicos, que ajudam os indivíduos a organizar o caos social que os cerca e, por outro lado, elementos míticos, que sugerem estados de espírito emocionais, estimulam as fabulações e os devaneios individuais e coletivos. A linguagem jornalística, pela própria natureza da notícia estará sempre repassando objetividades concretas, por um lado, enquanto, por outro, sugere subjetividades que conduzem a ambíguas apreensões do real, apesar do esforço de linguagem dos jornalistas para manter o seu texto próximo aos referentes empíricos. Implícita ou explicitamente o universo mítico habita de maneira contraditória a linguagem jornalística e estimula interpretações diversas, às vezes, para muito além do sentido apenas informativo pretendido. A notícia é uma linguagem particularmente suscetível às interpretações sutis porque lida com o delito, o conflito, o acidental, trabalha com a emoção e sua leitura gera tensões porque nos conta sempre algo extraordinário, e o faz tendencialmente de forma dramática, salientando as rupturas ou o lado negativo das coisas. Por mais histórico que o jornalismo pretenda ser, a sua linguagem estará sempre sujeita a interpretações lógicas e míticas, ora tendendo para um, ora para outro lado, de acordo com as circunstâncias de sua produção ou de sua recepção.

### RELAÇÕES ENTRE INTENÇÕES E INTERPRETAÇÕES NA COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA

Todo ato de romper o silêncio e de falar está determinado por uma intenção. Escandell Vidal conceitua intenção como uma relação entre o emissor e sua informação pragmática, por um lado, e o destinatário e o entorno por outro, que se manifesta sempre como uma relação dinâmica de vontade de troca, pois toda atividade humana consciente e voluntária é reflexo de uma atitude do sujeito frente ao seu entorno. Por isso, é legítimo tentar descobrir que atitude está por trás de um determinado ato, perguntar-se qual é a intencionalidade deste ato. O emissor, ao fazer uso da palavra, pretende de alguma maneira atuar sobre o estado de coisas preexistente, seja para modificá-lo, seja para impedir alguma modificação. Este estado de coisas inclui, evidentemente, a posição do emissor, bem como a de seu interlocutor, assim como o entorno. O termo intenção não se deve entender, entretanto, na sua acepção subjetiva ou psicológica. O seu significado aqui está mais próximo a um esforço para se conseguir algo, uma intencionalidade de direção a, uma orientação para a consecução de um determinado fim: “a intenção funciona como um princípio regulador da conduta no sentido em que conduz o sujeito falante a utilizar os meios que considera mais idôneos para alcançar seus fins”. Há

uma segunda perspectiva da qual se pode contemplar também o conceito de intenção, aquela do destinatário: “o reconhecimento por parte do destinatário da intenção do seu interlocutor constitui, como manifesta a maioria das teorias da pragmática, um passo ineludível na correta interpretação dos enunciados”<sup>6</sup>.

Por outro lado, para recuperar o sentido da mensagem jornalística na sua totalidade manifesta e/ou encoberta o leitor destinatário precisa realizar a tarefa de interpretar através de uma série de indícios contextualizadores disponíveis no “ato de fala” do jornal, como adverte Escribano: “Só assim, se poderá conseguir a compreensão profunda da mensagem. Para que o leitor se comporte como ‘destinatário ideal’ (termo tomado de U. Eco) na interpretação do texto, ele tem de situar-se na órbita ideológica do meio de comunicação que está consumindo, unicamente assim poderá estar seguro de recuperar a informação em toda a sua extensão, tal como foi emitida pelo emissor. Nesta perspectiva, o ato de recepção “é a parte do ato de comunicação lingüística que corresponde à atividade comunicativa que o receptor comum leva a cabo. Esta categoria consiste na obtenção por parte do destinatário comum, a partir da manifestação textual linear que ouve ou lê, da estrutura de sentido que foi construída pelo produtor comum e na confrontação de tal estrutura com um modelo de mundo do leitor, obtendo-se desta confrontação a estrutura de conjunto referencial (a dialética da fusão de horizontes)”<sup>7</sup>. Quer-se reescrever uma outra citação muito apropriada que Escribano faz, mais adiante, de F. Conesa e J. Nubiola: “para comunicar-se não é suficiente transmitir um conteúdo semântico. É preciso que o interlocutor reconheça nossa intenção. *Entender o que o outro diz é reconhecer-lhe a intenção, e isto é muito mais que reconhecer o significado de suas palavras*”<sup>8</sup>.

Estudos que destacam estas preocupações, como este artigo, estão mais próximos do campo da pragmática do que da semântica ou da teoria dos gêneros literários, portanto, embora possam e devam tomar elementos de todas estas disciplinas. Pretendem encontrar significados intencionais implícitos e explícitos, conscientes ou inconscientes dos enunciados das notícias, tomados como referência empírica, a partir das interpretações do sujeito destinatário. Pretendem interpretar esses relatos enquanto processos de criação de sentidos que envolvem o emissor, o canal, a mensagem e especialmente o efeito desejado junto aos destinatários (as intencionalidades). O objeto de estudo é a relação emissor-destinatário que se estabelece no processo da comunicação jornalística. Devem aproximar-se dos textos a partir da perspectiva do leitor, assumindo que ele tem um papel prioritário no jogo de sentidos entre os efeitos pretendidos e aqueles logrados, mas levando sempre em conta as intencionalidades do autor. Partem do pressuposto, portanto, de que há um contrato entre jornalista e leitor, contrato cognitivo entre emissor e destinatário em que o jornalista, em seu ato de fala, procura garantir a adesão de seus interlocutores destinatários em seus atos de leitura. Para que isto ocorra, jornalista e leitor precisam compartilhar o que alguns autores chamam de contexto extraverbal, que inclui tanto o contexto físico (coisas que estão à vista), contexto empírico (estado de coisas que conhecem aqueles que falam, ainda que não estejam à vista), contexto prático (conjuntura objetiva na qual se desenvolve o discurso), contexto histórico (circunstâncias históricas conhecidas dos falantes) e, enfim, um contexto cultural (tradição e cultura de uma comunidade ou sociedade)<sup>9</sup>.

Pragmática, segundo Escandell Vidal, é o estudo dos princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado concreto por parte de um emissor concreto em uma situação comunicativa concreta,

como sua interpretação por parte do destinatário. É, portanto, um procedimento que determina o uso da linguagem, especialmente daqueles aspectos que um estudo puramente gramatical não pode fazer referência: noções como emissor, destinatário, intenção comunicativa, contexto verbal, situação ou conhecimento do mundo. Parece uma perspectiva muito adequada para o estudo da comunicação jornalística, tal como se vem sugerindo neste artigo. Em resumo, a análise contempla os fatos de um ponto de vista mais geral, diz a autora, e torna-se evidente que até mesmo alguns aspectos tipicamente gramaticais como a ordem das palavras estão determinado por fatores de tipo contextual, especialmente no que se refere aos contrastes entre a informação apresentada como compartilhada entre os interlocutores e que se considera nova. Estes aspectos não podem colocar-se exclusivamente em termos de correção gramatical, senão também em termos de adequação discursiva. Segundo ela, são dois os pontos de partida: 1) há uma parte do significado que logramos comunicar que não é redutível ao modelo de um código que emparelha convencionalmente significantes e significados; 2) para caracterizar adequadamente tal significado haverá de tomar-se em consideração os fatores que configuram a situação em que as frases são emitidas<sup>10</sup>.

A interpretação põe em jogo, portanto, os mecanismos pragmáticos, diz Escandell Vidal. Ela pode se definir como uma função entre o significado codificado na expressão linguística utilizada por um lado (o conteúdo semântico) e a informação pragmática com que conta o destinatário por outro (com todos os conhecimentos, crenças, hipóteses sobre o interlocutor, etc.). A tarefa do destinatário consiste em tentar reconstruir em cada caso a intenção comunicativa do emissor de acordo com os dados que lhe proporciona a informação pragmática. Para isto, ele avalia o contexto verbal e não-verbal do intercâmbio comunicativo, buscando a informação suplementar que necessita para poder inferir uma mensagem adequada ao propósito comum da comunicação. De acordo com este ponto de vista, continua ela, a distância que media entre a intenção do emissor e o significado da expressão que se utilizou dá a medida do implícito. Essa distância é, precisamente, a que deve guardar o destinatário, apelando à sua informação pragmática<sup>11</sup>.

Quase todos os textos citados acima utilizam os princípios expostos por dois outros autores fundadores, por assim dizer, da pragmática em sua acepção na linguística moderna, J. Austin e J. R. Searle. Para Searle, que se dedicou mais recentemente a explicar os conceitos da pragmática, o significado é uma forma de intencionalidade derivada. Ou seja, a intencionalidade original ou intrínseca do pensamento do sujeito falante se transfere às palavras e frases, que têm por sua vez uma intencionalidade derivada dos pensamentos do sujeito. Elas não têm, assim, apenas o significado lingüístico convencional, mas também o significado que o sujeito falante a elas quis imprimir. Mais ainda, a intenção de comunicar-se não é idêntica à intenção de significar. Ou seja, quando tenho a intenção de comunicar algo, tenho a intenção de produzir compreensão. Mas, a compreensão consistirá em que se capte o meu significado. Em conseqüência, a minha intenção de comunicar algo é a intenção de que o ouvinte reconheça o meu significado, quer dizer, que me compreenda. A intenção de comunicar é a intenção de produzir no ouvinte ou leitor o conhecimento do meu significado ao permitir-lhe que reconheça minha intenção de produzir este conhecimento. Minha intenção de comunicar vai mais além do fato de que minha expressão tenha significado no sentido de ter condições de verdade e outras condições de satisfação. A intenção de falar com significado mediante palavras não deve se confundir com a intenção de comunicar esse significado ao ouvinte ou leitor<sup>12</sup>. Seguindo estes ensinamentos, os estudos da comunicação jornalística devem partir do pressuposto de

que quando um sujeito falante realiza um ato de fala, impõe explícita ou implicitamente as suas intencionalidades aos seus enunciados proposicionais.

Está claro, portanto, que toda comunicação se faz nos marcos de alguma intencionalidade e que a comunicação jornalística realiza-se necessariamente dentro destes marcos de intenções. Todo jornalista, ao relatar um fato, o faz como se fosse um mediador discreto, produzindo os seus enunciados de maneira pretensamente imparcial e neutra; mas, ao contrário desta intencionalidade pretendida, seu ato de fala está marcado por uma posição enquanto observador da realidade, que implica em seleções e escolhas, e por uma atitude enquanto empalavrador desta realidade, que sugere prioridades e rejeições. Seu ato de fala é um ato intencional ainda que muitas vezes, imbuído dos valores profissionais da objetividade, ou de um ingênuo compromisso com a verdade, ele possa ignorá-lo. Vidal Castell observa que a objetividade não é uma hipotética propriedade de um estilo jornalístico, mas sim uma maneira de comportar-se de um sujeito e conclui de forma afirmativa em recente artigo sobre a crise dos paradigmas do jornalismo: “intencionais são todos os textos, e em conseqüência todos são interpretativos de maneira ineludível”<sup>13</sup>. Afirmamos com convicção, pois, que a objetividade é uma intenção, traduz uma posição do sujeito que fala diante de uma realidade que pretender interpretar ou intermediar, como sujeito falante.

Este autor reproduz um trecho de F. Burguet que, por ser bastante esclarecedor sobre a questão da intencionalidade no jornalismo, transcreve-se na íntegra:

“Caberá distinguir aquilo objetivamente sucedido daquilo subjetivamente publicado – informação – no sentido em que a relação entre o trabalho informativo do jornalista e o acontecimento, o fato ou a ação de que se informa é de natureza intencional. Segue-se que, por mais impessoal que possa ser uma informação, não se pode esquecer que é um sujeito quem informa e que tal informação é uma versão entre outras tantas possíveis, todas elas em princípio compatíveis com a realidade. Assim, seja qual for o texto, é intencional: mais além do estilo há intenção do redator e de fato ela pode ser tão tendenciosa, sectária e subjetiva no caso de uma redação impessoal e descritiva como de um artigo de opinião, com a diferença que nesta segunda opção a subjetividade e a intencionalidade estão totalmente pressupostas enquanto que no caso da informação isto não costuma se fazer presente, à causa, é claro, dos equívocos criados em torno da questão da objetividade”<sup>14</sup>.

Esta citação leva a concluir este ponto assumindo que o jornalismo é uma forma de conhecimento lingüisticamente produzido e, por isto, cabe melhor falar em uma retórica jornalística do que em um estilo jornalístico: retórica porque se trata de um procedimento elocutivo de elaboração de uma mensagem para obter um determinado efeito sobre o interlocutor. Objetivadora, certamente, porque tal é o efeito que pretende suscitar: uma sensação de impessoalidade, ainda que seja fingida; uma impressão de indiferença, ainda que seja calculada; um distanciamento narrativo, ainda que o narrador esteja presente por trás da máscara artificial da linguagem”<sup>15</sup>.

As observações sobre as relações emissor-leitor, sobre o contexto extraverbal, o mundo compartilhado e sobre a interpretação necessária pelo destinatário das intenções do autor se constituem na dimensão pragmática do jornalismo e são fundamentais para o seu acontecimento enquanto jogo de sentidos. Os relatos jornalísticos não teriam a dimensão semântica e simbólica que têm se não contassem com um marco cultural de referência compartilhado entre os dois pólos do processo comunicativo. Um relato não pode ser interpretado simbolicamente se não fizer parte de um domínio cultural de conteúdos e além de códigos prévios comuns. Ao publicar

uma notícia ilustrada por uma foto, acompanhada de uma charge, diagramada de certa maneira ou utilizando certas palavras na retranscrição, no título ou no texto, ou seja, ao estruturar a sua mensagem de uma certa forma, o jornalista sabe que está induzindo a leitura do receptor para o efeito desejado porque sabe que o seu leitor tenderá a responder a esses indícios de escritura. Haverá sempre uma certa ambigüidade nos sentidos e interpretações possíveis, mas a seleção e a combinação de linguagens e de significações tende a provocar a percepção de um sentido próximo, senão harmônico, com aquele pretendido, embora possa ser recriado pelo leitor.

Nuñez Ladevese complementa as questões analíticas levantadas até aqui e destaca a necessidade de uma análise do ato de comunicação jornalística como ato de fala de natureza informativa e, ao mesmo tempo, de natureza *poiética*. O autor propõe uma análise, portanto, muito semelhante à que se está sugerindo neste artigo. Para ele, a atividade jornalística é uma atividade produtiva, fabril e generativa, mas é uma ação no mundo, é também um tipo de acontecimento social. O que se diz, se diz com alguma intenção que não necessariamente expressa quem fala, afirma ele. Não se trata apenas do problema que se coloca o jornalista com relação às informações sobre atos de fala e de discurso, mas também das interpretações do leitor com relação aos produtos textuais do jornalista. Assim, completa ele, a análise dos atos de fala jornalísticos deve conectar o enfoque pragmático com o enfoque fenomenológico, integrando-se interdisciplinariamente na teoria da ação e do texto, já que a linguagem forma parte da realidade social não apenas como produto, mas também como acontecimento e, como é em si mesmo produção e atuação, produz realidade social e contribui para modificá-la: “os supostos fenomenológicos em que se baseia a sociologia da produção da realidade entram, assim, em contato com os pragmáticos da teoria da ação”. Interessa, pois, encontrar o ponto de conexão dos distintos enfoques, estudar os produtos lingüísticos na situação de comunicação em que são produzidos: “Desde um ponto de vista metodológico, a tarefa principal é encontrar o nexo entre produção *poiética* e atuação pragmática”. Em lugar de considerar a linguagem como uma entidade abstrata independente de seu uso, ele sugere estudar a linguagem do jornalismo como uma prática profissional e social na situação de comunicação na qual adquire sentido contextual: “pode dizer-se que (a atividade jornalística) é uma ação de tipo *poiético*, consistente em produzir objetos, cujas regras produtivas específicas podem estudar-se através de uma teoria do texto, mas onde os aspectos pragmáticos são muitas vezes inseparáveis dos poéticos, o que torna necessário entendê-los desde uma teoria da intencionalidade”<sup>16</sup>.

## TEORIA DA RECEPÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A discussão que desenvolveu-se até aqui sobre a análise pragmática da comunicação jornalística requer uma reflexão mais aprofundada sobre o papel do destinatário e sobre o jogo de criação de sentidos no ato de recepção das notícias que chegam diariamente aos leitores, ouvintes e telespectadores. Já observou-se de passagem a importância do processo criativo realizado pelo receptor destinatário na estruturação de sentidos no jogo comunicativo. Este pólo do processo da comunicação jornalística é certamente o lado negligenciado dos estudos de jornalismo, merecendo menos atenção do que os processos produtivos<sup>17</sup>. Por isso, precisa-se explorar detalhadamente agora esta questão recuperando as afirmações anteriores



sobre as ambigüidades inerentes à comunicação jornalística, onde estão presentes elementos lógicos e míticos da realidade polifacética do ser humano, e onde se confrontam tanto os estímulos rumo a uma interpretação racional como rumo à imaginação. Também porque acredita-se que a literalidade jornalística depende menos das intenções dos autores e mais da apreensão que da linguagem faz o receptor: este procura sentidos no que lê, vê ou escuta e neste processo interpreta tanto nos níveis sócio como simbólico, buscando continuamente significações, de forma criativa, independente das intencionalidades do autor do texto. Se se aceitar os pressupostos esboçados acima de que a notícia traz consigo tanto uma carga informativa quanto uma carga simbólica inerente, estimuladora de imaginários, o passo seguinte é examinar como as imagens se nos acontecem no ato de leitura das notícias. Examinar como nossas energias psíquicas podem ser estimuladas consciente ou inconscientemente a partir da exposição rotineira às notícias. Dessa forma, se está indo além na reflexão sobre a construção de sentidos pela notícia enquanto forma de conhecimento, procurando sempre observar a sua singularidade como processo cognitivo.

Sobre a leitura ativa das mensagens e os processos de formulação de imagens mentais e horizontes imaginários, a teoria da recepção, desenvolvida a partir da antropologia literária, pode oferecer subsídios que são teórica e metodologicamente férteis para a análise pragmática da comunicação jornalística<sup>18</sup>. Uma breve exploração das idéias da chamada antropologia literária fornece os subsídios iniciais e permite adensar esta proposta de compreensão da notícia como jogo de produção de sentidos. Não se reivindica aqui nenhuma fidelidade ao pensamento dos autores que se irá visitar nem se pensa em fazer um completo resumo do que sejam os complexos modelos dessa antropologia. Traz-se os seus fundamentos e pressupostos apenas com o intuito de apoiar o desenvolvimento desta proposta de análise pragmática da notícia. Depois de apresentar brevemente as idéias da antropologia literária, passar-se-á à discussão sobre a recepção criativa. O primeiro dos autores da teoria da recepção e da antropologia literária que considera-se importante visitar é Wolfgang Iser, um dos fundadores da chamada Escola de Constança, na Alemanha, nos anos 60.

W. Iser parte da antropologia interpretativa de C. Geertz de “ler as culturas” dos homens: “sem homens não há cultura, é claro; mas, também e mais significativamente, sem cultura, não há homens”. As culturas são, portanto, constitutivas dos homens. “Ler a cultura” seria o único meio de ter acesso às culturas, porque não há universais ou constantes a invocar se se quiser lidar cognitivamente e explicar o comportamento de seres humanos. A cultura emerge das respostas humanas a um meio ambiente e exige um traspasse de fronteiras epistemológicas, pois as “leituras” só podem ser ficcionais, já que “só as ficções são capazes de tornar acessível o que não se pode conhecer.” Mas, aí termina o vínculo entre Iser e a antropologia interpretativa e começa o seu casamento com a antropologia gerativa de Eric Gans, uma união muito mais importante para o desenvolvimento de suas idéias. Gans afasta-se da etnografia e propõe um impressionante constructo da cultura em que todo o desenvolvimento humano, desde a cena original até a pós-modernidade, seria uma “suprema ficção”, e a ficção seria o padrão explicativo global para todas as vicissitudes da cultura humana, o que equivale a dizer que “a humanidade saltou para a existência por meio da ficção”<sup>19</sup>. As representações, ou mais precisamente o ato de representação, que tornam os homens diferentes de outros animais, indicaria a capacidade humana de criar ficções e assim de “adiar” os conflitos. As representações criam modelos irrealis que não perturbam o real, e o desenvolvimento da cultura é uma seqüência de ficções “mediante as quais os seres humanos estão sempre eliminando a diferença entre

eles e a realidade (conflitiva) a que estão expostos.” A literatura é considerada a marca registrada da alta cultura porque através dela um modelo de desejo ganha vida. Como sublimação, “a literatura parece oferecer ao menos uma satisfação momentânea por meio de sua forma de representação”, capaz de “adiar o conflito adiando o real que substitui pelo irreal.” Por isso, a literatura possibilita algo impossível de outras maneiras: “ler a cultura”<sup>20</sup>.

Nos argumentos de Iser, a antropologia gerativa converte-se então em uma antropologia literária uma vez que “cria uma percepção vívida daquilo em que os seres humanos estão inextricavelmente enredados” quando desempenham as suas atividades cotidianas corriqueiras. Cada texto, diz ele, é uma reescrita de outros textos que são incorporados e armazenados nos textos em questão. A pluralidade das ficções humanas interligadas no texto das literaturas dá origem a uma ordem de fenômenos dinâmica e complexa. Afinal, diz ele, o passado foi feito pelo homem, portanto, ter uma presença virtual exterior ao presente real de um indivíduo significa uma transgressão das limitações a que os seres humanos estão sujeitos: “a ficção literária oferece desse modo a possibilidade de estarmos simultaneamente dentro e fora de nós mesmos, o que pode significar que, em semelhante estado, o ser humano consegue algo que jamais realiza em sua vida: ser quem é e ter a si mesmo.” A literatura tem uma dupla função simbólica: de um lado, manifesta o impulso ou desejo transgressor de ir além, superar o insuperável, domar a contingência; de outro, tem um aspecto protetor porque proporciona ao homem a possibilidade de observar as próprias transgressões, conscientizar-se do que é capaz. Portanto, a literatura é o lugar onde vivenciamos simultaneamente o tormento e a extrema felicidade. Como fenômeno concomitante ao desenvolvimento humano, a literatura é o lugar que permite aos homens se verem refletidos em suas manifestações (o espelho da humanidade). Talvez a literatura seja o lugar de realização da dualidade que divide o homem, entre a autopreservação e a autoproteção, “a responsável por vagarmos com um fascínio inalterado no labirinto de nossas próprias possibilidades imprevisíveis”<sup>21</sup>.

Para avançar esta breve revisão do complexo pensamento do autor, quer-se dedicar mais alguns parágrafos às idéias de Iser sobre a antropologia literária e a memória cultural que emerge das ficções em jogo no texto literário enquanto ficção global (palavras dele) e que ligam as suas idéias àquelas que se vem desenvolvendo neste artigo. Para Iser, cada texto literário é uma reescrita de outros textos que são incorporados e armazenados, e os textos trazidos destas incursões são postos em confronto, apagando-se seus respectivos contextos, cancelando-se os seus significados. O armazenamento do que foi pilhado em outros textos representa um esforço para resgatar o já passado, mas o esquecimento é contrabalançado por essa reunião de fragmentos de uma herança cultural. Com isso, a intertextualidade forma o padrão básico da memória cultural e abarca as lacunas existentes entre o texto de referência e o texto manifesto. Esses hiatos temporais permeiam a interação dos fragmentos evidenciando condensações e sobredeterminações, e o texto torna-se uma “massa de segmentos do qual emergem combinações sempre novas.” A intertextualidade não é, portanto, uma mera representação da cultura, mas representa as operações de memória em larga medida ocultadas, contribuindo para “uma percepção vívida de como funciona a nossa memória cultural.” A intertextualidade, ou seja, a memória do texto, permite que os receptores se transponham para dentro das operações das intrigas interligadas que organizam as relações dessa rede, “fazendo-os passar pela experiência de uma presença que jamais havia sido real ou de fato presente para eles.” A interação entre a pluralidade de ficções produz “uma penumbra de possibilidades” no presente, tão virtuais quanto a memória cultural produzida pela intertextua-

lidade, embora tais possibilidades não possam ser deduzidas das próprias ficções de forma lógica nem mesmo de forma causal. Como essas possibilidades não constituem extensões do que foi descrito pelas ficções do texto, a ordem emergente não configura uma fantasia utópica, mas não deixa de ser fantástica em virtude da imprevisibilidade das possibilidades geradas. É assim, segundo o autor, que um futuro aberto se inscreve no texto: “não se pode transgredir o futuro, mas apenas mapeá-lo fantásticamente com base no que foi transgredido. Portanto, as possibilidades não são imagens opostas às realidades existentes; delineando, em vez disso, um limbo entre o que foi e o caráter imperscrutável do que pode vir”<sup>22</sup>.

A antropologia literária tal como desenvolvida por W. Iser fornece os fundamentos para a interpretação do ato de leitura como um ato reativo desenvolvido pelos teóricos da Escola de Constança, na Alemanha, da qual Hans R. Jauss e Wolfgang Iser são as figuras mais conhecidas.<sup>23</sup> Diz a teoria da recepção estética que a exposição à obra de arte em geral, e à literatura em particular, é um ato cognoscitivo de apropriação do mundo e do conhecimento humano. Ou seja, a recepção da obra de arte não é apenas uma experiência estética, um ato de emoção e comoção, mas igualmente uma experiência de apreensão de significações, onde o ser humano aprende algo de si mesmo e do mundo. Esse ato cognocente se processa no momento da recepção quando os leitores trazem para o ato de leitura, imaginativamente, a partir dos conteúdos dos textos atuais, aqueles conteúdos familiares anteriormente adquiridos:

as obras de arte (como a literatura) não nos tiram do mundo de nossas experiências nem nos liberam dele, mas nos proporcionam a liberdade de nos comportarmos experiencialmente com as nossas experiências... A experiência da recepção estética se distingue de outras funções do mundo da vida por sua peculiar temporalidade: faz ver as coisas de novo e proporciona mediante esta função descobridora o gozo de um presente mais pleno; antecipa experiências futuras e abre assim o campo do jogo de ações possíveis; permite reconhecer o passado ou o reprimido, considerando deste modo o tempo perdido... A genuína função da arte é melhor articular formas de percepção do mundo e representar imaginativamente possíveis reações frente a este mundo<sup>24</sup>.

O segundo autor da teoria da recepção que se precisamos visitar é H. R. Jauss, professor de teoria da literatura em Constança, falecido em 1997. Em um brilhante ensaio sobre a experiência estética ele afirma que, comparável à reflexão psicanalítica, o processo de recordações indaga por trás da superfície da percepção rotinizada com o intuito de recuperar a experiência perdida no desterro do subconsciente e fazê-la eloqüente no âmbito da arte. A busca do tempo perdido devolve ao escritor e ao leitor a identidade perdida e faz com que ressurgja, ao representar o processo de recordação, um mundo único e passado. A alteridade desse mundo só se descobre mediante a experiência estética da recordação e só a arte pode fazê-la comunicável<sup>25</sup>. Jauss diz que, no ato de leitura (literária), o gozo estético do receptor se livra dos seus vínculos com a sua práxis cotidiana mediante o imaginário, um ato de distanciamento da consciência representativa. A consciência imaginativa, afirma ele, nega o mundo fático dos objetos para poder criar por si mesma, mediante o signo estético de um texto falado, ótico ou musical, uma configuração de palavras, imagens ou sons. A experiência estética da recepção é, portanto, sempre liberação *de* e liberação *para*: “A instalação de um destino imaginário requerido pela tragédia libera o espectador dos interesses práticos e dos laços afetivos da vida para ativar os afetos puros de compaixão e temor que a tragédia desperta.

Estes afetos são uma condição prévia para a identificação com o herói; não de levar o espectador, mediante a comoção trágica, à desejável disposição de ânimo para compreender aquilo que é exemplar do processo humano”<sup>26</sup>. Subscrevendo o que afirma ele sobre a obra de arte em geral e sobre a literatura em particular, e guardadas as singularidades de cada experiência, vem-se afirmando em diversos momentos que algo semelhante pode se passar no ato de leitura das notícias, também em si mesma uma experiência de caráter estético-literário, onde as tragédias e dramas relatados podem fazer ressurgir mundos passados, embaçar a experiência fática do presente e, de forma semelhante, liberar o receptor dos interesses práticos para ativar paixões, temores e desejos que não estão presentes nos textos descritivos e objetivos das notícias. Voltar-se-á a Jauss mais adiante.

Regressando a W. Iser, dizia ele em um colóquio cujo objetivo era discutir a sua própria obra, realizado no Rio de Janeiro em 1996, que o ato de contar histórias ou de relatar narrativas propicia um espaço de jogo entre o texto e o imaginário do leitor. Iser estava se referindo especificamente ao texto literário, à ficção, assim como Jauss se referia à experiência estética no ensaio acima citado. Tomar-se-á as idéias de ambos os autores da estética da recepção sem levar em conta, no momento, que as experiências com textos não-literários, como a notícia, podem ser diferentes, com o intuito de explorar mais profundamente o que dizem eles sobre as relações entre texto e imaginário. Mais adiante tentar-se-á tomar emprestadas suas idéias para refletir sobre o trabalho cognitivo singular da notícia. Iser afirma que o fictício depende do imaginário, compele o imaginário a assumir forma, precisa ativar o imaginário uma vez que a realização de intenções requer atos de imaginação: “Como não constitui um potencial auto-ativável, o imaginário precisa ser impelido a agir, precisa ser direcionado e moldado. A intencionalidade não pode produzir por si mesma aquilo que tem em mira. Tal produção só ocorre quando o imaginário é estimulado e com isso ativado”<sup>27</sup>. Esse jogo propicia, portanto, o estímulo a um horizonte de possibilidades, embora ligadas à realidade. Mas, como a realidade é concreta e as possibilidades abstratas, o horizonte de possibilidades inevitavelmente modifica as realidades ultrapassando-as e ativando fantasias. O imaginário constitui-se, assim, em um ato de transgressão de fronteiras, de anulação do mundo referencial. O mundo que o texto designava se enfraquece – torna-se irreal: “Ao considerar-se o mundo representado no texto apenas como se fosse real, o próprio mundo empírico se transforma num espelho, orientando o receptor para a concepção de algo que não existe e permitindo que esse horizonte seja visualizado como se fosse realidade. Neste sentido, podemos chamá-la de realidade virtual”<sup>28</sup>.

Embora os autores estejam se referindo especificamente ao texto literário, como já se observou, as suas considerações sobre o processo de recepção e sobre a ativação do imaginário pelas emanações provenientes dos textos são bastante pertinentes à presente reflexão sobre o trabalho da notícia, porque colocam com toda a clareza o processo mental na experiência de qualquer leitor ao se expor aos estímulos das mensagens, quaisquer mensagens. Pensa-se que esse mesmo processo mental ocorre – embora com intensidade e características diferentes – no ato de leitura de outros tipos de textos, mesmos aqueles textos não-literários. Ao se expor a uma peça publicitária, por exemplo, seja ela gráfica ou eletrônica, o indivíduo libera suas referências reais e ativas, seus afetos mais íntimos (como ocorre em qualquer ficção) que vão impulsionar as suas memórias anteriores e criar mundos liberados de fantasias, de imaginações e de desejos. Não há motivos para se pensar que este ato seja radicalmente distinto na leitura das notícias, guardadas as singularidades. Não há porque negar que ao se expor às notícias

de um trágico conflito internacional ou um dramático crime o indivíduo igualmente se libere de seus referentes do mundo real e ative as suas ideologias, seus afetos morais, seus desejos e seus instintos.

Argumenta-se aqui que as tragédias históricas e dramas pessoais reportadas seguidamente pelas notícias diárias possuem tanta carga simbólica potencialmente liberadora de energias psíquicas e de horizontes imaginários quanto uma obra de arte ou um texto de ficção. No ato de leitura das notícias, os indivíduos igualmente “indagam por trás” das superfícies objetivas do rígido texto da reportagem, distanciam-se do mundo fático e dos laços efetivos dos fatos reportados que se tornam opacos, e liberam a sua imaginação para o mundo dos laços afetivos. O ato de leitura das notícias pode não ser um ato tão radicalmente liberador dos “efeitos do real” como o ato de leitura das ficções literárias porque o tipo de “contrato implícito” entre narrador e narratário é de outro gênero. Mas, ainda assim, como todo ato de leitura, é um ato reativo capaz de estimular energias psíquicas e cargas simbólicas cuja intensidade dependerão das circunstâncias, como qualquer outro ato de recepção estética. Na leitura de um ameaçador conflito internacional ou de um bárbaro assassinato reportado pelos jornais ou pelas emissoras de televisão, dificilmente ocorrerá uma anulação integral do mundo referencial como pode ocorrer na recepção puramente estética, porque a presença da história é demasiado forte, está excessivamente presente. Mas, também aqui, nenhuma leitura é um ato neutro ou realizado no vazio; todo leitor de jornal e todo assistente dos noticiários da televisão traz consigo conteúdos familiares pressupostos, transfundos intersubjetivos de memória sobre conflitos internacionais ou sobre crimes que abrem um jogo simultaneamente efetivo e afetivo de construção de sentidos com as intencionalidades do texto fático.

No ato de leitura das notícias do cotidiano, para situar qualquer fato relatado, especialmente aqueles fatos trágicos, precisamos referenciá-los às nossas difusas memórias mais remotas, aos nossos arquétipos mais profundos, às nossas vagas convicções e crenças. Precisamos “renomeá-los”, confrontá-los com nossas recordações para dimensioná-los e posicioná-los, processos estes que não têm aqui um sentido operacional nem uma conotação prático-reflexiva, referindo-se mais a pensamentos afetivos difusos, provavelmente pouco organizados ou coerentes. Como costuma ocorrer com as tragédias narradas pela ficção, pela literatura ou pelo teatro, as tragédias do cotidiano narradas pela imprensa ou pela televisão nos provocam diariamente a comoção, a compaixão, o prazer, desejos e ódios. Plagiando a antropologia literária e sugerindo uma pragmática antropológica da notícia, somos levados a pensar que são os relatos das notícias que trazem hoje rotineiramente à nossa consciência as ansiedades e angústias do ser humano; elas são hoje as ficções de nossa história humana. Com muito maior onipresença do que formas estéticas antecedentes, as notícias são hoje os constructos anteriormente performatizados pela oralidade, pela tradição, pela arte, pela religião ou pela literatura. Os conteúdos relatados pelas notícias tornaram-se o padrão explicativo global das vicissitudes da cultura humana; criam modelos irreais que ganham vida, justificam nossos erros, impregnam nossos imaginários, moldam nossos futuros. A nosso ver, são os relatos das notícias que precisam ser “lidos” por uma nova antropologia que proporcione o acesso compreensivo à cultura contemporânea, pois são eles que performatizam os atos de domínio da contingência, de forma muito mais freqüente hoje do que a literatura. É nas notícias dos jornais, emissoras de rádio e de televisão ou da rede eletrônica que vivenciamos os nossos tormentos e as nossas felicidades extremas.

Neste sentido, são elas os espelhos que nos permitem vermo-nos refletidos em nossas manifestações de autopreservação e de autoproteção. Da mesma maneira, nos remetem à identificação com os nossos heróis políticos, populares ou esportivos. Ocorre então um jogo semelhante àquele citado acima com a recepção estética: a narrativa jornalística estimula jogos de sentido permitindo que horizontes imaginários virtuais sejam descortinados. Afirma-se com toda convicção que a maior parte do que foi dito sobre a recepção da obra de arte ou da literatura serve também para outras formas não literárias, especialmente para uma interpretação dos fatos jornalísticos. Esses fatos são particularmente trágicos, pois a tragédia, como no teatro e na literatura, é o cerne do jornalismo e se manifesta nos conflitos, delitos e transgressões reportadas diariamente. É a ruptura, a quebra da normalidade das coisas, o extraordinário que se constitui no valor-notícia fundamental, fazendo com que quase todas, senão todas as notícias tenham um caráter emocional implícito ou explícito, uma tensão presente em maior ou menor grau. Pela onipresença e pela força simbólica da notícia em nossos cotidianos pós-modernos, pensa-se que uma antropologia que permita a leitura antropológica das notícias enquanto um ato cultural (um novo constructo) é de maior urgência.

Dos argumentos apresentados até aqui, não é difícil deduzir que considera-se os textos jornalísticos expressões estéticas tal como a literatura, a tragédia ou a comédia, guardadas as suas especificidades. Ou seja, considera-se a notícia como um gênero literário, como uma expressão estética, ainda que ela não seja produzida intencionalmente visando o gozo estético em primeiro lugar. Esta literalidade da notícia, como já se afirmou, depende mais da interpretação ficcionalizada que dela faz o leitor no seu ato de recepção do que das intenções objetivadas dos jornalistas nos seus atos de fala. Afirma-se com convicção, seguindo a teoria da recepção estética, que a notícia é uma narrativa ficcional singular da história, que existe e deve ser interpretada unicamente dentro dos marcos da narratologia. Sua interpretação precisa ocorrer dentro dos modelos da pragmática moderna, da nova retórica, da teoria da narrativa e, complementarmente, da teoria da recepção estética, como quaisquer outras formas de arte, guardadas as suas singularidades. Como tal, a notícia está sujeita a despertar, como já se observou, tanto a experiência de apreensão cognitiva da realidade, como permitir a comoção estética: esta é, a nosso ver, a essência do trabalho cognitivo da notícia. Acredita-se que o noticiário jornalístico possa, em muitos momentos, estimular até mesmo epifanias subjetivas e provocar interpretações que transcendam de muito os sentidos sígnicos. É evidente que, como em toda obra de arte, a interpretação de significativa pode decrescer com a fruição estética e vice-versa, o gozo estético pode diminuir a apreensão cognitiva, e que isto pode variar de notícia para notícia, de editoria para editoria dentro de um mesmo jornal ou telejornal e de jornal para jornal. Há jornais, radiojornais ou telejornais que carregam mais no emocional e se transformam em jornais sensacionalistas onde as influências comerciais preponderam; há outros que se autodenominam transmissores de conteúdos objetivos e se tornam jornais de referência informativa e cognitiva. Há seções dos jornais, como o noticiário esportivo ou de crimes, onde a emoção fala mais alto. Há seções dos jornais, radiojornais, telejornais ou jornais eletrônicos que utilizam uma linguagem mais formal e objetivada, enquanto outras seções, como as coberturas de artes e espetáculos ou as seções de *fait divers*, utilizam uma linguagem mais livre, quase-literária ou quase-narrativa. Tudo isto influi de forma diferenciada no trabalho da notícia enquanto processo cognitivo. Crê-se, entretanto, que entre a objetivação e a subjetivação permitidas ou toleradas em cada caso, escondem-se tanto intenções e interpretações estéticas como cognitivas.

Gostar-se-ia, na seqüência do raciocínio que se vem desenvolvendo nesta proposta sobre a pragmática da comunicação jornalística, de explorar um pouco mais a contribuição que a teoria da recepção pode aportar para uma compreensão antropológica do vínculo entre as intencionalidades do texto jornalístico e a questão dos horizontes projetados, tomando ainda como apoio os autores expoentes da teoria da recepção. Recorre-se de novo ao estimulante ensaio acima citado de H. R. Jauss para auxiliar o desenvolvimento adicional deste raciocínio, particularmente nos últimos capítulos de seu texto. Ele conclui que a catarse – propriedade essencial da experiência estética - possibilita um espaço de jogo para a liberdade. Na arte, há uma liberação do espectador frente ao mundo dos objetos que precede a experiência comunicativa: “Na medida em que o espectador de uma tragédia nega os interesses reais de seu mundo e adota a ‘instalação estética` para a ação da tragédia, põe-se em marcha a compaixão e o temor, condições para a identificação entre espectador e herói. A catarse como antítese do mundo prático não contradiz em absoluto a identificação estética, senão, ao contrário, a pressupõe como marco de descolamento comunicativo da consciência imaginativa. A identificação emocional do espectador com o herói como espaço comunicativo pode transmitir modos de comportamento, configurá-los novamente ou quebrar normas consolidadas em benefício de novas orientações para a ação. Mas, o espectador pode também encontrar um prazer puramente individual na liberação solitária do sentimento, ou permanecer no mero prazer do espetáculo. O espectador liberado pelo ‘prazer dos objetos trágicos`, mais além da identificação, pode se dar conta de algum exemplo de ação, mas também captar a alienação dessa identificação, se dar conta da neutralização estética após assombrar-se ingenuamente com as façanhas do herói”<sup>29</sup>.

Assim, a teoria da recepção se preocupa com aquilo que incita os receptores no momento da interpretação das mensagens (momento em que elas são processadas no ato de leitura), com a medida em que as estruturas do texto prefiguram o seu processamento pelo leitor e qual a relação potencial de um texto com o contexto sócio-histórico em que foi produzido, assim como a disposição que ele exige dos leitores. Para W. Iser, ao se admitir que o texto precisa ser processado na mente do leitor no ato da leitura, o intervalo entre texto e leitor adquire importância crucial:

A conseqüente interação entre ambos no processo de leitura transforma o texto num correlato noemático na mente do leitor. Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, o próprio texto é pontuado por lacunas e hiatos que têm de ser negociados no ato da leitura. Tal negociação estreita o espaço entre texto e leitor, atenua a assimetria entre eles, uma vez que, por meio dessa atividade, o texto é transposto para a consciência do leitor. Se a estrutura básica do texto consiste em segmentos determinados interligados por conexões indeterminadas, então o padrão textual se revela um jogo, uma interação entre o que está expresso e o que não está. O não-expresso impulsiona a atividade de constituição do sentido, porém sob o controle do expresso. Expresso esse que também se desenvolve quando o leitor produz o sentido indicado... Desse modo, o significado do texto resulta de uma retomada ou apropriação daquela experiência que o texto desencadeou e que o leitor assimila e controla segundo suas próprias disposições<sup>30</sup>.

Embora os autores da estética da recepção estejam se referindo à literatura como insistentemente temos procurado ressaltar, não se vê por que não considerar todos estes postulados como válidos também para outros textos e contextos, como já se disse. Se se

tomar os últimos argumentos de Iser considerados nos parágrafos acima para a compreensão do que ocorre no ato de leitura dos jornais ou no ato de recepção dos rádio e telejornais, dá-se conta que eles se ajustam perfeitamente à interação textos-leitores, sons-ouvintes ou imagens-telespectadores. O princípio de que nenhuma história pode ser contada na íntegra se ajusta, mais do que em qualquer outro tipo de mensagem, ao noticiário dos jornais e telejornais, cuja característica é repassar ao leitor ou telespectador apenas fragmentos de significados sobre os eventos da realidade na forma de *flashes*, do lide e da pirâmide invertida. Por isso mesmo, tanto ou mais do que a literatura, o cinema ou o teatro, o relato das notícias é uma obra aberta, que solicita incessantemente a complementação de sentidos ao leitor-telespectador. A transposição de sentidos para a mente do receptor é absolutamente parcial e fragmentada e requer sem cessar a complementação de sentidos. No caso das notícias, o que não está expresso é um constructo muito mais amplo na mente do leitor-espectador do que aquilo que está. Diz a estética da recepção que as lacunas e negações de sentidos estimulam o leitor a complementar o que falta. No caso das notícias, insistimos, as lacunas são ainda mais amplas do que na literatura ou no cinema e o estímulo à complementação de significados é ainda mais requerida e necessária. Não há como ler ou ver os cruéis episódios da última guerra estampados nos jornais ou telejornais de hoje, nem como entender o relato do recente crime bárbaro ocorrido no nosso bairro sem o auxílio de nossos mais profundos valores morais, religiosos ou ideológicos, sem recorrer aos mais recônditos esconderijos de nossa memória cultural, acionada sem cessar para trazer sentido às ocorrências do presente. Repete-se, esta é a essência da comunicação jornalística enquanto construção de sentidos, enquanto forma de conhecimento do mundo.

Mais instigante ainda para avançar as reflexões sobre a complementação de sentidos por parte dos leitores, ouvintes e telespectadores são as idéias de H. R. Jauss e W. Iser a respeito dos horizontes de expectativas. Embora eles se refiram à literatura, sugere-se que o leitor tenha em mente o que ocorre na comunicação jornalística, na leitura das idéias apresentadas em seguida para verificar por si mesmo a adequação delas ao ato de recepção da notícia. Em outro artigo, Jauss afirma que o leitor só pode converter um texto em fala – quer dizer, converter em significado o sentido potencial da obra – na medida em que a introduz no marco de referência dos seus antecedentes literários e de sua concepção prévia do mundo<sup>31</sup>. Esta concepção de mundo inclui suas expectativas concretas procedentes dos seus interesses, desejos e necessidades, condicionados pelas circunstâncias sociais e biográficas. A fusão dos horizontes pode realizar-se espontaneamente no desfrute das expectativas cumpridas, na liberação dos imperativos e monotonia da vida ordinária, no acesso a uma proposta de identificação ou, de maneira mais geral, na ampliação da experiência (recorde-se o que se disse acima sobre a notícia e a experiência do mundo da vida). A fusão pode produzir-se também reflexivamente, afirma ele, como consideração à distância, como reconhecimento do estranho, como descobrimento do modo de proceder, como resposta a um estímulo mental do horizonte de expectativas<sup>32</sup>. W. Iser vai complementar e ampliar estas reflexões sobre a complementação de horizontes dizendo que, mais do que preencher as lacunas, o leitor vai fornecer conexões através de sua atividade ideacional, abandonando muitas vezes o que não está de acordo com as suas concepções. Portanto, o leitor não vai reagir apenas às “instruções” dadas pelo texto, mas também aos resultados de sua atividade ideacional, sempre que se fizer necessária uma revisão. Dessa forma, acredita-se, a descontinuidade dos segmentos textuais jornalísticos desencadeia operações na mente do leitor, porque muitas lacunas podem levar a concepções



que colidem com as suas. O leitor reage então ao seu próprio relato noemático, podendo ou não se desligar de suas disposições. Para Iser, as lacunas constituem uma pré-condição fundamental da comunicação, porque intensificam nossa atividade ideacional. Quando há negatividade, as negações constituem um tipo de lacuna porque cancelam a validade e os campos de referência extratextuais. Ao negar a validade do segmento selecionado, ela recorda o seu sentido anterior e assinala a motivação não verbalizada, subjacente ao próprio ato de negar. O leitor é instigado a assumir nova posição em relação ao que foi negado, com diferentes graus de intensidade. Dessa forma, a função comunicativa se evidencia e se realiza: “A negatividade, enquanto componente básico da comunicação é, portanto, uma estrutura capacitadora”<sup>33</sup>. Poderia haver algo mais pertinente ao trabalho cognitivo da notícia, um conteúdo quase sempre negativo ou conflitivo, uma inversão ou ruptura, um sentido que colide com os sentidos homogêneos e regulares do mundo da vida cotidiana?

Talvez seja interessante trazer agora para discussão, ainda que rapidamente, a crítica que se faz à estética da recepção pelo seu excesso de formalismo e ausência de um pensamento histórico. Segundo esta crítica, uma teoria da recepção histórica e sociologicamente fundamentada se perguntaria primeiro pelas estruturas sociais da sociedade e analisaria as disposições receptivas no marco desta análise. Portanto, a idéia de um horizonte de expectativas homogêneas (predominante em Jauss) deveria ser substituída por um horizonte de expectativas segundo os estratos sociais. Considerando o processo de distribuição como um fator secundário, que não leva em conta, a teoria da recepção deveria considerar a figura do destinatário em oposição ao de leitor implícito, já que o conceito de destinatário designaria a função do leitor que penetra de modo capital na produção literária, uma imagem do leitor na consciência do autor, que assim estabelece relação com a realidade social. Da mesma forma – continua a crítica – a transformação de um objeto de conhecimento em mercadoria (como aponta Benjamin), afeta também a forma de recepção. Enquanto não resolver o difícil dilema de averiguar até que ponto e em que condições sociais as expectativas literárias podem penetrar no horizonte de expectativas da vida prática, as análises da recepção ficarão capengas<sup>34</sup>.

Gabriele Schwab faz críticas semelhantes a W. Iser. Colaboradora de Iser em Constança, G. Schwab chama a atenção para o fato de Iser permanecer num alto nível de abstração para que o seu modelo não se contamine de elementos de ordem histórica, cultural e psicológica. Este esforço intelectual de W. Iser é intencional, pois para ele as determinações (sociais) decepcionam e só as indeterminações (históricas) assegurariam fluidez e flexibilidade necessárias aos seus elegantes modelos paradigmáticos<sup>35</sup>. Sem entrar no debate, que fugiria aos propósitos deste artigo, tendemos a concordar com as cobranças feitas à teoria da recepção. Neste caso, assume-se que as críticas estão assimiladas até certo ponto, na medida em que procura-se destacar o papel do receptor muito mais como um destinatário ativo do que como um leitor implícito. Esta distinção é fundamental porque, através de uma visão pragmática, dá à teoria da recepção um vínculo imediato com o contexto comunicacional extraverbal, com o contexto social de produção do texto e com a questão de sua distribuição. Mas, deixa questões ainda por resolver. De qualquer modo, acredita-se que a crítica não retira da teoria da recepção o mérito de ser um caminho frutífero para o conhecimento mais profundo do trabalho de produção de sentidos na comunicação jornalística e para a formulação, ainda por ser feita, de uma teoria da recepção midiática.

## GÊNEROS E SUBGÊNEROS: *HARD NEWS*, *SOFT NEWS* E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Não se pretende nem se pode entrar na polêmica questão dos gêneros literários neste artigo. Mas, se quer reafirmar a convicção de que o jornalismo constitui-se em um gênero que não pode ser identificado por um período determinado, nem por uma taxonomia temática. O jornalismo constitui-se em um gênero que se alimenta preferencialmente do factual, do histórico e do atual, e apenas discretamente do ficcional, embora tenha uma natureza narrativa inerente. Ainda que a sua designação enquanto gênero não obedeça a determinantes temáticas, ele está lingüisticamente marcado pela enunciação dramática dos dramas e tragédias humanas através de relatos dos delitos e tensões, dos conflitos, seus personagens e circunstâncias, e assim é reconhecido pelos seus leitores, gerando um tipo particular de “contrato implícito” passível de ser apreendido empiricamente por seu grau de ficcionalidade e de ser simbolicamente interpretado. Enquanto gênero, o jornalismo pode não se inscrever integralmente no campo da ficcionalidade porque predominam o fático, os conteúdos proposicionais, uma intencionalidade e uma leitura instrumental. Mas isto não lhe retira uma ambigüidade de significações, como na literatura. Mais ainda, o jornalismo é um gênero que solicita acentuadamente a participação do leitor destinatário na complementação dos sentidos abertos e fragmentados dos seus relatos. Como qualquer outro gênero, o jornalismo está carregado de intencionalidades imediatas, mas também simbólicas, que solicitam a adesão e a recriação de sentidos por parte dos leitores destinatários. As marcas dessas intencionalidades podem ser analiticamente identificadas no texto.

As interpretações devem proceder com parcimônia e precauções, entretanto, porque não ocorre no jornalismo uma liberação de imaginários tão radical como na arte e na literatura nem a suspensão do “efeito de real” é automática franqueadora de fantasias. O contrato do jornalista com o seu leitor ou telespectador destinatário é de outra índole, quase oposta àquela da literatura. O jornalista é um mediador discreto e utiliza um discurso pretensamente objetivo e imparcial, onde o referente histórico está demasiado presente, enquanto o leitor por seu lado busca na leitura preferencialmente o fático e o atual. Nada disto impede, porém, como ocorre com a crítica literária, que se possa indagar por trás das superfícies proposicionais para descortinar intencionalidades e implicaturas. Nem impede que se indague até onde os dramáticos relatos de dramas e tragédias humanas, que constituem o cerne da comunicação jornalística, fazem ressurgir mundos passados, mundos noturnos, outros mundos possíveis.

Se os relatos das notícias são segmentos de significação (relatam apenas fragmentos das ocorrências), eles pressupõem uma acentuada interpretação do leitor destinatário, eles necessitam, solicitam ou induzem um movimento liberador dos vínculos da práxis. Abrem-se, a nosso ver, horizontes de possibilidades no ato de leitura ou de recepção dos enunciados jornalísticos. Os dramas e tragédias relatadas podem liberar o leitor dos seus vínculos e interesses práticos, podem embaçar as experiências fáticas ativando paixões, temores e desejos, podem até mesmo levá-lo contraditoriamente a negar o mundo fático do jornalismo e recriar imaginativamente modelos ideais, desejos, vontades, sentidos do bem e do mal, do feio e do bonito. Se estas possibilidades ocorrem, o mundo que o texto designava se enfraquece, enquanto crescem os estímulos à imaginação. Certamente, o grau de estranhamento do mundo fático variará em função do tratamento lingüístico do assunto, especialmente do seu grau de narratividade e da retórica jornalística (os destaques nas palavras das manchetes, o uso de fotos ou de ilustrações, o *layout* ou diagramação da matéria na página e outros recursos retóricos).

Aqui, precisa-se abrir espaço para algumas considerações sobre a centralidade que se atribui à narrativa no processo de produção de sentidos e sobre a relação entre narratividade e ficcionalidade. Primeiro, precisa-se destacar a centralidade da narrativa nos processos cognitivos humanos porque, através de sua manifestação ou recomposição, as pessoas constroem significações<sup>36</sup>. As ocorrências relatadas pelas narrativas ou narrações desencadeiam não apenas os processos cognitivos imediatos, mas igualmente ativam emoções, medos, angústias, desejos, fantasias e identidades dos grupos sociais. É através da percepção narrativa que as pessoas estabelecem seqüências temporais, constroem sentidos de continuidade, vinculam passado, presente e futuro, dotando as realidades de consistência. Em resumo, o mundo “está atravessado” por narrativas e narrações que precisamente “constroem este mundo.” O ponto de partida é, portanto, a consideração do mundo social como uma construção com base no significado.

Para fazer inteligível a realidade, os seres humanos necessitam recorrer à narração dessa realidade. Essas narrativas e narrações, por sua vez, se entrecruzam entre si e “outorgam realidade ao mundo em que vivemos.” Quando nascemos, nós o fazemos dentro de um mundo já construído, o que significa que a linguagem se nos incorpora ao mesmo tempo em que vamos incorporando à linguagem mediante a adoção compartilhada de imagens, conceitos e categorias que nos permitem explicar o mundo e dar conta da realidade histórica. Mediante nossas relações e práticas, “acedemos a um mundo construído, mas simultaneamente contribuimos para a sua construção”<sup>37</sup>. A vida cotidiana é estruturada temporalmente, fato profundamente importante para a formação da nossa consciência humana. A corrente da consciência é sempre ordenada temporalmente, todo indivíduo tem consciência do fluxo interno do tempo, que funda os ritmos fisiológicos do organismo. O tempo cotidiano “pode ser compreendido como a intersecção entre o tempo cósmico e seu calendário socialmente estabelecido, baseado nas seqüências temporais da natureza, por um lado, e o tempo interior, por outro lado”<sup>38</sup>. A vida cotidiana se estrutura em face da facticidade do tempo contínuo e finito que a ordena, fazendo de nossas vidas episódios na corrente do tempo, que já existia antes do nosso nascimento e continuará a existir depois dele. É essa temporalidade coercitiva que determina a nossa situação no mundo e na vida cotidiana.

Crê-se que essa é a mesma tese de P. Ricoeur ao chamar a atenção para o caráter narrativo da história. Diz ele que a história mais distante da forma narrativa continua a ser ligada à compreensão narrativa por um laço de derivação enraizada na temporalidade característica do mundo da ação: “minha tese repousa na asserção de um laço direto de derivação pelo qual o saber histórico procede da compreensão narrativa... Com efeito, a inserção da história na ação e na vida, sua capacidade de reconfigurar o tempo coloca em jogo a questão da verdade em história. Ora, esta é inseparável do que chamo de referência cruzada entre a pretensão à verdade da história e a da ficção”<sup>39</sup>. Embora considerando primordialmente a narração como ficção enquanto se está atribuindo um caráter mais amplo às narrativas, as palavras de Ricoeur reforçam a percepção necessariamente narrativa da realidade histórica, que queremos destaca-se aqui.

Fechando este rápido intervalo de reflexões, precisamos diferenciar narratividade e ficcionalidade. Narratividade é diferente de ficcionalidade, ainda que ambas se refiram à propriedades do texto. A narratividade se refere mais especificamente à linguagem intrínseca do texto, ao encadeamento temporal na sucessão de estados de transformação e a sua essência é o relato seqüencial de ações. Por seu lado, a ficcionalidade é definida pela intencionalidade de quem

produz a obra em relação ao seu destinatário (contrato implícito entre autor e leitor ou efeito pretendido de suspensão do real). O conceito de ficcionalidade, portanto, tem mais a ver com a intenção pretendida pelo autor. Mas, termina por remeter também ao texto, pois a intenção de quem produz se reflete em propriedades sintáticas ou semânticas textuais que vão permitir ao leitor identificar um texto como obra de ficção. Neste caso, há uma intenção contratual de fingimento entre autor e leitor, um acordo tácito chamado “suspensão voluntária da descrença”. A narratividade é pré-requisito da ficcionalidade, mas é este último conceito que nos concerne mais particularmente neste artigo porque melhor traduz as intencionalidades. O termo narratividade parece mais adequado quando se faz referência às qualidades do texto enquanto o termo ficcionalidade deve ser utilizado quando a questão se refere à intencionalidade. O termo apropriado para discernir os subgêneros, portanto, é ficcionalidade. Tentar-se-á nos policial e utilizar o conceito de ficcionalidade na distinção dos subgêneros jornalísticos dos quais se estará ocupando daqui para frente. Adverte-se, no entanto, que o leitor poderá encontrar alguns escorregões no uso impreciso dos termos porque, como se viu, a ficcionalidade termina por remeter e incorporar a construção temporalmente encadeada dos textos.

Regresse-se à pragmática dos gêneros jornalísticos. O que ocorre quando os relatos das notícias situam-se em pontos opostos quanto à sua ficcionalidade. Temos dois tipos principais de relatos jornalísticos: alguns são estritamente referenciais e objetivos enquanto outros se liberam do fático e se permitem licenças literárias, aventurando-se na quase-ficção. Essa diferença nos relatos levou os críticos a classificar estes dois subgêneros do jornalismo em *hard news* por um lado e *soft news*, por outro. Essa distinção já consagrada pode, entretanto, induzir à errônea separação temática das notícias. Para nós, o que as distingue não são os diferentes temas tratados nestes dois tipos de notícia nem a revelação maior ou menor da face humana dos conflitos, mas sim a forma lingüística de tratá-los. As diferenciações decorrem do tratamento literário e do conseqüente grau de ficcionalidade dos relatos devido às intencionalidades explícitas ou implícitas, da sua restrição ou permissividade narrativa<sup>40</sup>. Por este motivo traz-se a questão dos subgêneros jornalísticos para esta discussão inicial sobre a teoria da recepção midiática. Ela poderá antecipar dificuldades analíticas que convém colocar desde já e oferece a oportunidade de verificar diferenças que precisam ser consideradas em qualquer análise séria. As diferenças literárias dos relatos indicam diferentes intenções dos jornalistas, que solicitam diferentes interpretações aos seus destinatários. Há uma intenção particular quando o discurso de um relato jornalístico é estritamente descritivo (mais objetivo) e outra intenção quando o discurso do relato é mais narrativo (mais subjetivo). Comparando os processos cognitivos que ocorrem quando o relato da notícia tende para o descritivo ou tende para o narrativo, pode-se observar as diferenças na interpretação desses subgêneros que solicitam diferentes “contratos implícitos” entre o jornalista e o destinatário e iniciar uma discussão sobre a singularidade do processo de recepção criativa nos eventos midiáticos de criação de sentidos. Veja-se mais de perto as diferentes intencionalidades dos relatos das notícias atuais.

Embora os jornais, os sítios eletrônicos, os rádio e telejornais de hoje contenham cada vez mais seções de serviço com muita informação imediatamente útil, além de análises (sobre preços, saúde, turismo, etc.) e de opiniões (política, economia, esportes) que orientam o dia-a-dia dos cidadãos, a maior parte dos jornais continua dedicada às notícias do dia-a-dia sobre o que acontece na cidade, no país e no mundo. Vamos desprezar outros subgêneros jornalísticos (opinião, crônica, serviços, humor, etc) e nos concentrar em seguida nos relatos noticiosos,

examinando primeiro a sua versão descritiva. No espaço noticioso, predominam as notícias “duras” (*hard news*), relatos descritivos que pretendem apenas informar sobre os eventos internacionais, políticos, econômicos, urbanos, jurídicos, policiais e esportivos. O jornalista é treinado para “posicionar-se do lado de fora dos eventos”, para não aceitar nem para se resignar com interpretações parciais ou emocionais. Deve questionar, refletir, comparar e buscar a essência dos fenômenos. Sua observação deve desmontar o acontecimento observado, separar e contar as suas partes, medir, calcular, relacionar, juntar. Supostamente, esta interpretação racional transfere ao sujeito observador traços precisos e objetivos do objeto observado, que ele transfere no seu relato preciso ao seu leitor, ouvinte ou telespectador. Assim, as notícias “duras” são escritas em linguagem descritiva clara, direta e objetiva. O jornalista é, desta forma, um hermenêuta da História. Sua hermenêutica está próxima à da Ciência: rigorosa, precisa, objetiva, imparcial, empírica e indutiva, embora não seja experimental como a Ciência.

O que acontece do outro lado do jogo comunicativo, de parte do receptor destinatário. Ao ler, ver ou ouvir diariamente as notícias, o leitor supõe que está apenas se atualizando em relação ao que acontece em sua cidade, no país e no mundo, porque os relatos supostamente correspondem àquilo que realmente ocorreu na superfície da história. Supõe que o jornalista presta um serviço a ele, um serviço de intermediador isento entre ele e a realidade que ele não pode pessoalmente testemunhar. É importante observar que o ato informativo jornalístico só se completa quando jornalista e leitor subscrevem um acordo implícito sobre o objeto de sua relação: as notícias não devem conter nenhum viés opinativo, político ou ideológico, devem corresponder a uma observação imparcial do mundo. Não devem igualmente conter nenhum escorregão ficcional nem a mínima contaminação da imaginação do jornalista, devem ser pura informação isenta. A polêmica questão da objetividade já foi suficientemente discutida na literatura, se está estamos aqui apenas procurando chamar a atenção para o tipo de contrato implícito entre emissor e destinatário na comunicação jornalística, porque desta relação nasce o sentido. Embora pareça óbvio, nem sempre esta relação restritiva (o contrato implícito) entre a intencionalidade de isenção do jornalista e a interpretação que de seus relatos faz o leitor destinatário é levado em conta.

Levar em conta este singular contrato entre jornalista e leitor é um ponto analiticamente crucial porque em torno dele varia a criação de sentidos. Se o texto tende para o factício, a natureza do jogo comunicativo é de um tipo, se tende para o fictício, o jogo é de outro tipo e a produção de sentidos varia com o tipo de jogo performatizado. Além da intencionalidade inicial de informar de parte do jornalista e da necessidade básica de ser informado de parte do leitor, princípio que regula o contrato das duas partes, há uma variação infinita de negociação de sentidos. Nestes termos, os relatos noticiosos ultrapassam o seu “valor de uso” imediato e estabelecem dimensões cognitivas e simbólicas formadoras de crenças, definidoras de valores morais, estéticos e ideológicos, independente da vontade explícita de parte dos atores do jogo comunicativo jornalístico. Eles trazem outras intencionalidades nem sempre explícitas, outras implicaturas e desejos subentendidos e dessa forma a relação oferece oportunidade de interpretações para muito além dos sentidos puramente informativos. É preciso analisar as notícias duras, portanto, a partir do jogo de intenções explícitas e fáticas por um lado, e por outro, das interpretações implícitas e ficcionais que voluntária ou involuntariamente delas fazem os destinatários. A questão da objetividade ganha, neste caso, outras dimensões. Objetividade é uma intenção e como tal deve ser analisada. Ela pretende seduzir o leitor,

captar a sua atenção inicial, mas pretende repassar ao destinatário a impressão de uma isenção do mediador frente ao mundo, pretende fazê-lo crer que ele está vendo os acontecimentos sem mediação, pretende tornar discreto ou quase nulo o processo de mediação. Mas, esta é uma intenção relevante demais do ato comunicativo para esgotar-se em si mesma. Os jornalistas procuram anular toda narratividade ou ficcionalidade do relato e transformá-lo em pura descrição. Em certa medida, este esforço gera resultados, o texto dos relatos noticiosos tende para uma descrição relativamente fria e asséptica da realidade, subtraída de toda a sua emoção e fantasia. No entanto, paradoxalmente, o leitor refaz esta descrição e a transforma em narração no processo de leitura, como pretende-se demonstrar em seguida. Precisa-se prestar uma atenção muito particular ao processo de interlocução que acontece empiricamente na comunicação jornalística para poder apreender a construção de sentidos nas suas singularidades. Volta-se a nossa atenção agora para o que acontece nos diferentes tipos de relato.

No caso das notícias duras, descritivas e objetivas, nem sempre a construção das significações nas suas dimensões simbólicas e ideológicas pode ser apreendida ao se examinar uma só notícia individual. Ela é apenas um fragmento de sentido que precisa ser colocado, no contexto dos interdiscursos dos emissores e principalmente das intersubjetividades nas experiências dos sujeitos leitores. Isto é, o sentido precisa ser apreendido no contexto da relação integral sobre um determinado assunto e nos sentimentos potenciais que desperta nos destinatários. Recorde-se aqui uma frase do início deste artigo: o jogo da comunicação só se realiza integralmente nos processos de reinterpretação que das intenções do emissor faz o destinatário. Assim, o sentido de um fato político ou de um confronto internacional não pode ser deduzido de uma única notícia isolada sobre o tema, precisa ser revelado quando se considera o conjunto de notícias sobre este tema durante dias, semanas ou meses, pois o leitor traz para a leitura de cada notícia individual a sua memória intersubjetiva e o conteúdo adquire então outras dimensões significativas. Por isto, a narratividade precisa ser identificada na seqüência temporal de notícias duras sobre acontecimentos que se mantém nas páginas dos jornais ou nas telas dos telejornais durante dias, semanas, meses ou até anos seguidos. Individualmente, cada uma das notícias constitui-se apenas em um fragmento de sentido. Mas, elas adquirem uma significação narrativa coesa quando reunidas em uma seqüência temporal de divulgação que necessita ser recomposta pelo analista<sup>41</sup>. Por isso, os procedimentos de interpretação devem ser precedidos por uma minuciosa identificação do encadeamento sintático das unidades semânticas da história relatada para descobrir como se articulam funcionalmente os sentidos da narrativa implícita em diversas notícias dispersas que se interligam organicamente em seqüências semânticas solidárias e que estruturam intrigas mínimas, revelando os fios que tecem a tessitura da história. É assim que o destinatário interpreta cada notícia, ele só atribui significações a ela no contexto dos seus interdiscursos e nas suas experiências intersubjetivas. Aqui, o analista precisará encontrar redundâncias mínimas ou reiterações de elementos em cada unidade noticiosa que assegurem a coerência ou o encadeamento sintagmático e que estruturam temporalmente a narratividade<sup>42</sup>.

Narrando parcialmente a cada dia os fragmentos das ocorrências do mundo, as notícias “duras” vão construindo um sentido de continuidade e estruturando compreensões intersubjetivas da História. Se pensamos sobre o significado dos atos de ler, ver ou ouvir milhares de relatos noticiosos ao longo de nossas vidas, fica-nos a sensação de que os fatos por eles relatados estão entrelaçados. As ocorrências relatadas pelas notícias de ontem ainda não foram totalmente assimiladas e seus personagens e enredos continuam nas notícias de

hoje, amontoando-se em renarrações enunciadas sucessivamente em continuidades difusas. Muitas vezes, não somos capazes de lembrar-nos das personagens, cenários e detalhes de cada ocorrência relatada, mas somos capazes de lembrar que um crime ocorreu, que uma guerra pode começar, que em algum lugar uma enchente de um rio arrastou casas e matou pessoas. Formamos um difuso e errático sentido de passado e de presente, de histórias vividas, de enredos repetidos; vagamente acumulamos em nossa memória mais profunda; imagens de dramas e tragédias humanas reatualizadas expressando mais modelos e padrões que detalhes ou situações.

Veja-se agora o que se passa com as notícias brandas no processo de interlocução jornalística. No interior do noticiário onde estão as *hard news* aparecem ocasionalmente as notícias de interesse humano, que os norte-americanos chamam de *soft news*. Precisa-se dedicar a elas uma atenção especial porque sua análise revela a opção pseudo-literária dos jornalistas e intencionalidades estéticas menos visíveis nas *hard news*. Seu valor informativo ou a sua “utilidade” enquanto informação é menos perceptível porque usualmente elas não tratam de fatos próximos, importantes ou impactantes, nem sequer falam de pessoas proeminentes. No Brasil, os editores as chamam de “notícias de interesse humano” porque nelas os valores-notícia tradicionais, tais como proximidade, impacto e importância do fato ou a proeminência das pessoas envolvidas estão arrefecidos ou inexitem, enquanto sobressaltam os aspectos humanos dos acontecimentos narrados. Da mesma forma, elas são escritas numa linguagem mais livre, menos formal, mais distante dos cânones da objetividade jornalística: sua “licença literária” é muito maior. Esta licença literária mais permissiva torna a narratividade dos relatos destas notícias um parâmetro interessante para comparação com as *hard news*. Em geral, “contam histórias” mais do que descrevem ocorrências. Mas, contar histórias não é o que as notícias deveriam pretender, pois as notícias supostamente devem descrever objetivamente os acontecimentos. Por isso mesmo, a discussão desses dois subgêneros traz desafios interessantes para compreender os diferentes jogos de intenção-interpretação na comunicação jornalística.

Isto não significa dizer que as *soft news* sejam o oposto das *hard news*. Embora distintas em sua ficcionalidade, as notícias de interesse humano são um tipo de *hard news* e aparecem no interior do noticiário geral, como se também fossem notícias informativas. O que varia é a intensidade de sua narratividade. É importante levar isto em conta porque a maioria dos analistas, a nosso ver equivocadamente, opõe as notícias de interesse humano às outras notícias “sérias”. Ora, os fatos que geram notícias de interesse humano são fatos selecionados pelos jornalistas da mesma realidade empírica onde eles selecionam as outras notícias e, em princípio, a partir da mesma lógica seletiva e dos mesmos valores-notícia com que selecionam outros fatos. Colocá-las como opostas às *hard news* obscurece alguns aspectos que só aparecem quando considera-se que elas são selecionadas da mesma realidade e a partir dos mesmos critérios. Elas estão, assim, no mesmo contínuo de narratividade, embora no outro extremo em relação às notícias duras. É importante observar também que aquilo que diferencia as notícias de interesse humano não são os temas, mas o tratamento lingüístico que os jornalistas dão a certos fatos selecionados por eles com a intenção de contar um caso. É possível encontrar um mesmo assunto tratado de forma dura ou branda por jornais diferentes. Por isto, é preciso observar os efeitos de sentido conscientes ou inconscientes pretendidos pelos jornalistas ao publicar tais notícias e as interpretações possíveis por parte dos destinatários. Assim, poderemos buscar com maior segurança os indícios lingüísticos incluídos nessas mensagens e observar a intenção de levar o leitor a interpretar o texto de uma certa maneira, e não de outra.

Roland Barthes já se ocupou dos relatos das notícias de interesse humano separando-as das demais notícias e tratando-as como *fait divers*, palavra francesa que segundo o autor destaca certos fatos das suas relações causais, deixa-os pendentes de nomeação. Para Barthes, ao contrário das informações políticas que remetem para mundos fora delas, antes delas ou em torno a elas, os *fait divers* são informações totais porque contêm em si todo o seu saber: não é preciso conhecer nada no mundo exterior para consumir um *fait divers* porque eles não remetem a nada além deles próprios. Evidentemente, diz o autor, seus conteúdos não são estranhos ao mundo, mas trata-se de um mundo elaborado por aquele que fala, não por aquele que consome, pois no nível de leitura, tudo é dado no *fait divers*. Sem duração e sem contexto, o *fait divers* constitui um ser imediato total, é a imanência que o define<sup>43</sup>. Discorda-se de Barthes sobre a oposição entre os *fait divers* e a informação política (o *fait divers* pode surgir no noticiário político assim como em qualquer outra seção dos jornais) e discorda-se também sobre sua formulação a respeito do processo desencadeado pelo *fait divers* (a nosso ver, a elaboração semiológica concerne mais ao leitor do que àquele que fala). Mas, Barthes chamou a atenção para aspectos particularmente pertinentes à observação do jogo de criação sentidos neste tipo de notícia: eles estão muito próximos à literatura porque contêm em si uma história integral.

Discorda-se ainda de Barthes quando ele afirma que os *fait divers* se definem pela sua imanência, atitude compreensível pela predominância das análises estruturalistas na época em que este autor publica o seu texto. Para nós, este tipo de notícia tem um sentido cognitivo próprio e particular que precisa ser identificado no mundo exterior ao texto ainda que a partir dele. Ao contrário de Barthes e outros autores, crê-se que uma estrutura narrativa não é particularidade dos *fait divers*, mas permeia todos os relatos jornalísticos. É certo que esta forma narrativa se apresenta mais evidente nas notícias brandas, ou notícias de interesse humano, que configuram unidades semânticas de significação interna quase literária. Mas, não são apenas os relatos destas notícias que estão carregados de conteúdos diegéticos. Como se viu, todas as demais notícias, inclusive as notícias duras, constroem significados simbólicos narrativos, estimulam igualmente a fantasia e a imaginação dos leitores, tecendo enredos que remetem aos seus contextos simbólicos próprios. As matrizes do jornalismo são as realidades humanas entendidas na sua dimensão logomítica, na sua racionalidade imediata e também na sua subjetividade menos mediata a partir dos dramas e tragédias humanas que são a matéria-prima do jornalismo. Ocupar-se dos *fait divers* como objeto de estudo pode ser gratificante para entender sistemas simbólicos e processos cognitivos historicamente situados e para entender a relação cultural entre intencionalidades e interpretações, não como sistemas imanescentes.

A força da narrativa como valor jornalístico *per se*, independente de outros valores-notícia que o evento possa ter, revela-se em toda a sua magnitude nestas notícias brandas. Qualquer fato adquire um novo sentido quando narrado como drama humano. Os jornalistas sabem disso e por esta razão abandonam com tanta freqüência a descrição objetiva para entregar-se à narrativa. Uma ocorrência que não possui os valores-notícia tradicionais do jornalismo tipo relevância, impacto, notoriedade, atualidade, recentidade e novidade transforma-se em matéria jornalística e ganha espaço nos jornais ou telejornais *pelo simples fato de contar uma história*. Este é o seu valor notícia: a ficcionalidade que adquire, porque com esta intenção a história foi contada. Em inúmeros exemplos, um simples reordenamento das palavras e frases, uma organização do texto em linguagem narrativa pelo repórter modifica



o valor do evento e dá à ocorrência uma nova perspectiva, criando fábulas engenhosas. É verdade que poucas notícias conformam uma unidade narrativa completa e auto-suficiente como num conto, mas muitas notícias contêm um ciclo narrativo quase integral, relatam histórias de maneira semelhante aos contos e a outros estilos ficcionais, guardadas as diferenças. Não é difícil reconhecer o caráter ficcional das notícias tipo *soft*, porque elas contam histórias quase completas encadeadas em seqüências temporais com princípio, meio e final, incluem personagens bem caracterizados em torno dos quais gira o eixo do enredo e outros elementos das intrigas ficcionais. Notícias deste tipo são encontradas em todas as editorias dos jornais, da política à economia, das notícias sobre a cidade às notícias internacionais e não devemos identificá-las pelos temas, mas sim por sua linguagem. Os noticiários da televisão também apresentam inúmeras reportagens que contam fatos pitorescos narrados como histórias a respeito de personagens do mundo político ou das relações internacionais<sup>44</sup>. Qualquer tema, mesmo os mais densos, podem ser objeto para um texto narrativo, que transforma inteiramente a perspectiva com que ele vai ser narrado e, logicamente, percebido pelo leitor. Quando isto ocorre, significa que o jornalista abriu mão da objetividade, renunciou ao texto descritivo e se permitiu utilizar uma linguagem literária sabendo que o seu leitor se adaptaria a esta sua proposta. Modifica-se automaticamente o contrato jornalista-leitor ou emissor-destinatário: agora se permite uma suspensão maior do “efeito de real”, ainda que não nas mesmas dimensões da literatura. Nestes casos, a percepção do leitor passa a ser uma percepção narrativizada da realidade, a sua leitura é parecida com a leitura de um texto literário. A sua imaginação é estimulada, como num romance ou filme, com maior liberdade, embora a notícia se refira a algo realmente ocorrido e o grau de verossimilhança seja muito maior do que na ficção.

A oposição entre os subgêneros *hard* e *soft news* permitiu, assim, observar variações implícitas no contrato entre emissor e destinatário no jogo da comunicação jornalística, questão que revela singularidades que precisam ser levadas em conta pelo analista em sua análise. Cada um destes dois subgêneros (há outros, certamente) remete a uma performance distinta dos atores no ato comunicativo e a técnicas relevantes na criação de sentidos. Ao longo dos últimos parágrafos fez-se um esforço para identificar diferentes graus de ficcionalidade decorrentes da narratividade dos relatos das notícias. O objetivo deste esforço foi chamar a atenção para o caráter narrativo e os diversos graus de ficcionalidade das notícias diárias, que nem sempre são percebidos. Considera-se que a percepção desta ficcionalidade na linguagem pretensamente descritiva do jornalismo é fundamental para apreender as particularidades do processo de criação de sentidos. É através da apreensão da narratividade, e dos graus de ficcionalidade decorrentes dela, que os leitores constroem significações. Lendo, vendo e ouvindo os diferentes relatos destas notícias diariamente os receptores discernem seqüências temporais, constroem as continuidades da vida, situam o passado e o presente, projetam desejos e utopias. Diariamente as notícias proporcionam um mar de narrativas que se entrecruzam entre si e outorgam realidade ao mundo em que vivemos. Cotidianamente, os indivíduos vão colocando em perspectivas na corrente do tempo os episódios que as notícias relatam e assim, intersubjetivamente, construindo o mundo em que habitam.

Salienta-se que nas notícias brandas a intencionalidade dos jornalistas não é necessariamente informar, ainda que esta dimensão possa também estar presente. Nestas notícias o jornalista refaz o contrato implícito que ele tem com o seu leitor tradicional imprimindo ao texto marcas que revelam outras intenções, que imprimem ao relato um caráter narrativo, e assim ele é compreendido e interpretado pelo leitor, ouvinte ou telespectador no ato de recepção.

A intenção do emissor pode aproximar a recepção das notícias das situações de recepção estética da arte e da literatura, permitindo ao leitor destinatário um processo imaginativo subjetivo mais largo na recriação de sentidos no ato de ler, ver ou ouvir tais relatos. Nas notícias duras, a objetividade dos textos encobre o caráter narrativo de episódios isolados descritos pelos relatos. A narratividade das notícias duras isoladas fica truncada e fragmentada, os sentidos não se completam imediatamente. Mas, as notícias não são lidas por seus leitores ou ouvintes no limbo, elas são intersubjetivamente interpretadas no contexto dos interdiscursos e paradoxalmente o que é descritivo adquire um caráter narrativo na intersubjetividade das experiências dos sujeitos leitores: a narratividade é recomposta interpretativamente pelo receptor na seqüência de notícias sobre um determinado assunto, recuperando-se então o seu caráter narrativo e a sua ordenação temporal que lhe confere a configuração de uma história. O analista precisa então recompor o encadeamento sintático e semântico dos fragmentos de sentido recriando um enredo pleno de significações (o analista se “transfere” para a mente do leitor). As notícias duras ou brandas são subgêneros do jornalismo e revelam duas situações diferentes que foram trazidas para ilustrar empiricamente o processo de interlocução na comunicação jornalista. Outras situações particulares e desafiadoras existem e sua observação pode trazer novas singularidades.

A partir da identificação do caráter narrativo das notícias, propõe-se o uso da narratologia ou dos procedimentos da análise da narrativa, tal como desenvolvida pela teoria da literatura, para a análise da produção de sentidos pelos textos jornalísticos<sup>45</sup>. Acredita-se que através dos procedimentos da narratologia é possível remontar seqüências de notícias descritivas sobre um mesmo tema, recompondo histórias plenas de sentido que permitem visualizar aspectos simbólicos muito mais amplos e imaginativos do que os relatos aparentavam à primeira vista. Da mesma forma, os procedimentos da narratologia podem ser analiticamente utilizados para recompor sentidos integrais das histórias relatadas nas notícias brandas. Partindo do entendimento da notícia como um produto cultural, de caráter ritualístico e antropológico, portanto, propõe-se a recomposição de enredos em torno de temas que se mantêm e reatendem no noticiário durante dias, semanas ou meses seguidos. Sobre estas histórias recompostas, sugere-se a utilização de categorias ou funções (ordenamento temporal das ações) da análise da narrativa que permitam visualizar uma sintaxe narrativa e ligar os fios de um enredo subentendido pela redundância ou repetição de conteúdos antes dissipados em notícias dispersas (no caso das notícias duras). A trama identificada na forma de intriga sugere e permite a análise dos conflitos, dos papéis das personagens, dos antagonistas e protagonistas, dos cenários e das temporalidades narrativas. Vista desde sua narratividade, os relatos das notícias abrem-se então à análise simbólica, como qualquer texto literário ou obra de arte. Para não ignorar os aspectos operativos e profissionais próprios da comunicação jornalística, sugere-se uma análise do narrador, introduzindo-se neste processo os procedimentos da pragmática e da retórica do jornalismo, que trazem o específico da comunicação midiática para o interior da análise da narrativa.

Uma última palavra. A questão que se trouxe neste artigo não se esgota nos aspectos de linguagem nem tampouco nas relações pragmáticas, e precisa ser entendida no contexto cultural e antropológico em que se realiza enquanto experiência comunicativa. Prefere-se dizer que elas se colocam no âmbito da antropologia do conhecimento, ainda que neste artigo tenha-se nos concentrado aos aspectos lingüísticos para realçar as questões da pragmática jornalística. Esta era a intenção fundamental. Mas, quer-se trazer, para concluir, pontos de

vista apresentados pelo antropólogo catalão Lluís Duch que ampliam e fecham estes argumentos e interrogações. Para Duch, existir equivale para o ser humano a criar símbolos e mover-se (interpretar) no âmbito do pensamento, dos sentimentos e das ações simbolicamente configuradas, pois o homem é um ser *capax symbolorum*, um ser substancialmente simbólico. Ou seja, a simbolização não é o ato essencial do pensamento senão um ato essencial para o pensamento e anterior a ele. Graças à sua capacidade simbólica o homem não se vê constrangido a um presente fechado sobre si mesmo e sim se projeta em relação ao passado ou ao futuro, é capaz de rememorar e de antecipar, de fazer presente o ausente. Através das “estruturas de acolhida” (marcos em cujo interior o ser humano efetiva práticas teodicéicas para a dominação da contingência) o homem põe em marcha mecanismos que lhe permitam constituir-se como pessoa, criar sua identidade, incorporar-se no fluxo das tradições, integrar-se no corpo social, empalavrar a realidade e expressar-se através desta palavra. Estas estruturas de acolhida constituem-se nos marcos mais importantes e decisivos das múltiplas práxis pedagógicas que, no transcurso da existência, acompanham o ser humano e lhe permitem integrar-se na sua realidade cultural de maneira harmônica, dominando o desconhecido que lhe provoca perplexidade, medo e angústia. Entretanto, como nos chama a atenção Duch, o homem é um *aprendiz* que necessita refazer esta ação pedagógica permanentemente na variabilidade dos espaços e tempos, porque jamais se encontra definitivamente acolhido e reconhecido: na vida, é preciso dominar sempre novas contingências que se renovam. O ser humano é, e será sempre, um ser contingente e um ser capaz de simbolizar<sup>46</sup>.

Mais ainda, continua Duch, o símbolo não é apenas uma manifestação da capacidade configuradora e criadora do ser humano, mas revela a sua radical finitude e inacabamento: somos obrigados a usar símbolos porque nunca dispomos de acessos imediatos à realidade e sim nos encontramos sempre frente a ela (mesmo nas relações de alguém consigo mesmo), na ineludível situação de *mediatez*. Isto revela as nossas deficiências naturais e a nossa necessidade de captação da realidade através da interposição de artefatos simbólicos, que respondem a uma necessidade estrutural de todo homem ou mulher, sejam quais forem as suas situações pessoais ou históricas concretas. Nem nós nem os outros, nem o mundo, somos totalmente transparentes e sim opacos, necessitando de maneira inexorável do “trabalho do símbolo”. Por isso, a interpretação não é algo sobreacrescentado ao símbolo, mas todo símbolo desencadeia inevitavelmente um leque de interpretações, de descobrimentos dos seus múltiplos possíveis: “O enigma, a imagem, o símbolo não bloqueiam a inteligência e os sentimentos dos humanos, mas ao contrário, os empurram a arriscar-se na aventura de descobrir o sentido escondido do *kosmos* e do *antropos*, de trazer à plena luz os implícitos nas expressões aparentes, de rastrear as intencionalidades dissimuladas nas imagens mudas até que não mais recubram a palavra por mediação da capacidade interpretativa, sempre repleta de uma intensa carga desiderativa do ser humano”<sup>47</sup>.

Nas sociedades contemporâneas, que não oferecem ao homem uma utopia no horizonte, onde o ser humano se encontra desamparado das tradições, inseguro frente ao caos cotidiano e fragilizado diante da realidade imediata e do seu próprio futuro, mais que nunca o homem necessita de significações teodicéicas que o amparem frente às contingências da vida moderna, precisa de significações que ordenem o caos, que evitem a desagregação e renovem as esperanças. Por isso, talvez até mais do que antes, a presença do “trabalho do símbolo” persiste enquanto o homem busca novas esperanças e novas significações para a sua existência. O jornalismo é, certamente, um dos espaços de realização desta busca, onde estão contraditoriamente presentes

## NOTAS E REFERÊNCIAS

---

a razão e a objetividade convivendo com as fantasias, ideologias e mitos. Como afirma Duch com muita propriedade, “os materiais simbólicos são expressões tangíveis que se põem em movimento por mediações das estratégias dos desejos humanos. Não só dos desejos concretos e delimitados (por exemplo, os artificialmente criados pela propaganda de todo tipo), mas sobretudo por aquele Desejo que permanece sempre Desejo, isto é, pela radical insuficiência de todos os objetos desejados para satisfazer ao ser humano como desejante... Há símbolo porque tudo é muito mais do que parece, tudo possui um transfundo não diretamente perceptível, um *plus* de significação que, como uma espécie de caleidoscópio, vai mostrando incessantemente novas facetas e alusões inéditas”. Ou, expressando-o de outra maneira: “constantemente nos movemos num mundo dotado de referências infinitas; tudo e todos somos referências de referências, e assim *ad infinitum*. O mundo tal como se apresenta, resulta sempre incoerente, insuficiente, quase sempre inaceitável para o ser humano... O mundo, e o homem nele, sobretudo, graças ao inacabado trabalho da memória, é obra aberta, alusões equívocas a uma unidade talvez pressentida, mas na realidade nunca alcançada.”

<sup>1</sup> Tanto nos momentos de emissão como naqueles de recepção, é difícil dizer quando predomina a linguagem informativa ou a subjetiva em um certo enunciado. É claro que a linguagem telegráfica dos títulos dos jornais, por exemplo, tende a ser muito mais objetiva, enquanto uma poesia tende a ser uma linguagem muito mais subjetiva. Entretanto, nenhuma das duas formas elimina a presença da outra. Ver, a esse respeito, a interessante discussão que faz Jorge Pedro Sousa na sua apostila *As Notícias*, Universidade Fernando Pessoa, O Porto, 1994, Parte I. Diz o autor que pode haver comunicação sem troca de informação quando há experiências compartilhadas sem qualquer lógica. Por exemplo, um grupo de amigos calados em volta de uma fogueira repassa significados, mas não informações. Assim, só há comunicação quando a mensagem penetra nos valores do receptor, pelo menos em parte. Por outro lado, informação é lógica – existirá uma troca mais eficiente de informações se esta for liberada das emoções e de outros conteúdos similares, pois a informação é mais eficaz quando for liberada dos seus elementos “supérfluos”.

<sup>2</sup> Ver Escandell Vidal, M. Victória: *Introducción a la Pragmática*, Ariel, Barcelona, 2002, pp. 80-81. Esta autora, como a maioria dos autores da pragmática da comunicação, parte das teorias de Paul Grice, para quem todo ato comunicativo orienta-se por algumas máximas de eficácia, princípios de cooperação ou esforços de cooperação aceitos por todos, mas que estão sujeitos a algumas violações. Essas máximas, embora possam parecer assim, não são prescritivas, mas simplesmente as condições de racionalidade ou condições preparatórias que se espera sejam observadas pelos participantes do ato comunicativo. Essas máximas podem ser de quantidade (ao comunicar, seja informativo e conciso), de qualidade (diga verdades, não diga algo do qual não tenha provas), de relação (seja relevante) e de modalidade (seja claro, ordenado, não seja ambíguo). O não cumprimento destas máximas provoca as implicaturas do discurso ou os efeitos de sentido. A teoria de Paul Grice continua tendo muita influência entre estudiosos da pragmática.

<sup>3</sup> Neste artigo, tem-se em mente particularmente as notícias dos jornais impressos. Todas as afirmações que se faz, entretanto, podem ser igualmente verdadeiras para os noticiários de rádio, televisão ou da Internet, guardadas as diferenças que cada meio impõe. No resto do texto, passar-se a utilizar terminologia concernente principalmente às notícias impressas, mas defende-se que as questões aqui tratadas são válidas para quaisquer outros tipos de notícias, e não só as dos jornais impressos.

<sup>4</sup> Em trabalhos anteriores, tem-se insistido na necessidade de as notícias serem entendidas e analisadas como sistemas simbólicos, como narrativas sobre a realidade. As notícias não são pura invenção nem são ficção, obviamente, estão mais próximas da descrição. Tem-se argumentado, porém, que as notícias podem ser narrativamente recompostas e interpretadas porque são configuradas por categorias mitológicas ou arquetípicas

e estão presas, como na literatura, por matrizes mitológicas que as conformam. Lida-se particularmente com estes tópicos no final destes artigos. Ver também o artigo "Para uma antropologia da notícia, in Revista Brasileira de Comunicação, Intercom, Dez. 2002.

<sup>5</sup> Lluís Duch argumenta que a *Palavra* costuma dispersar-se em "palavras" supostamente lógicas, que abandonando o *contexto* querem fixar-se quase obsessivamente em um *texto* que se apresenta presunçosamente como puro. Nestes momentos, a *Palavra* autêntica, criadora de vida e de sonhos se encontra no exílio. No entanto, o mito está lá, em recônditos longínquos, mas no coração mesmo da realidade, nas profundidades da polifônica *palavra humana*. E se constitui na manifestação mais eloqüente do polifacetismo radical do ser humano, que se mostra de formas expressivas no âmbito do pensamento, da ação e dos sentimentos, uma expressão que a tradição designa como *complexio oppositorum*. Ver Lluís Duch, *Símbolo, Interpretación y Cultura*, Herder, Barcelona, 1999, p. 25-42. Recorrer-se-á a este autor outras vezes neste artigo.

<sup>6</sup> Escandell Vidal, op. cit., pp. 35-36

<sup>7</sup> Mayordomo, Tomas A., Componente Pragmático, Componente de Representación y Modelo Lingüístico Textual, in E. Bernardes, compilador, *Lingüística do Texto*, Madrid, Arco Libros, 1987, p. 179-180, cit. por Escribano, op. cit., p. 14.

<sup>8</sup> Conesa, Francisco e Jaime Nubiola: *Filosofia Del Lenguaje*, Herder, Barcelona, 1998, p. 183, citado em Escribano, op. cit., p. 30, grifo nosso. No texto citado anteriormente, acredita-se que, ao falar em ideologia, Escribano esteja se referindo mais a uma cultura e a percepções e pontos de vista comuns do que referindo-se à ideologia desde um ponto de vista programático ou desde uma visão marxista.

<sup>9</sup> Ver Asunción Escribano, *Pragmática e Ideología en las Informaciones sobre Conflictos Politicos*, Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 2001, p. 16. Ela cita pontos de vista de Emilio Lleidó (*El Silencio de las Escrituras*, Madri, CEC, 1992, p. 106, para quem "o leitor, inclusive o 'leitor interprete', forma parte de uma comunidade 'institucional' que lhe impõe perspectivas e que inclusive seleciona e filtra problemas", e cita também pontos de vista de Eduardo Bustos (*Pragmática del Espanhol*, Madrid, UNED, 1986, p. 11) que afirma: "os contextos não se distinguem por ser sucessivos estados de coisas, de cuja troca podem ser ou não conscientes os participantes em um intercâmbio comunicativo, mas sim por serem conjuntos variáveis de crenças mantidas pelos participantes", e ainda T. Albaladejo Mayordomo (in *Lingüística do Texto*, Madrid,).

<sup>10</sup> Escandell Vidal, op. cit., capítulo 1.

<sup>11</sup> Escandell Vidal, op. cit., p. 37.

<sup>12</sup> A obra de J. Austin e J. R. Searle é amplamente conhecida e citada na literatura de comunicação. Para os temas tratados neste parágrafo, recomenda-se a leitura de um texto recente de J. R. Searle, *Mente, Língua y Sociedad – La Filosofía en el Mundo Actual*, Alianza, Madrid, 2001, especialmente os capítulos 4 e 6. No final deste livro, o autor sugere uma orientação bibliográfica sobre a questão da intencionalidade e outros temas relacionados. Há edição em português, publicada pela Martins Fontes, S. Paulo, 2002.

<sup>13</sup> Vidal Castell, op. cit., p. 48.

<sup>14</sup> F. Burguet, *Construir les notícies*, Barcelona, Dèria, 1977, pag. 23, citado por Vidal Castell, David: *La transformación de la teoría del periodismo: una crisis de paradigma?* In *Analisi* nº 28, Barcelona 2002, p. 48.

<sup>15</sup> Nuñez Ladevéze, L.: *Introducción al periodismo escrito*, Barcelona, Ariel, 1997, pag. 121, in Vidal Castell, op. cit. p. 47.

<sup>16</sup> Nuñez Ladevéze, Luis: *Encuentro entre teoría y práctica del periodismo desde um enfoque interdisciplinario*, *Analisi* nº 28, Barcelona, UAB, 2002, pp. 94-96. Obviamente, este autor se baseia na teoria dos atos de fala de J.

Austin e J. R. Searle, especialmente na afirmação de Austin de que a função da linguagem não é descrever, mas atuar, que a linguagem é um modo intencional de atuar sobre o mundo e não sua mera representação.

<sup>17</sup> Quer-se observar que a preocupação com o leitor implícito no processo de produção, termo consagrado após a disseminação da "teoria da recepção estética" de Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser (Escola de Constanza) e da semiologia mais recente de U. Eco está presente em nossas análises dos aspectos ideológicos da produção das notícias desde 25 anos atrás. Em nossa tese de doutoramento em comunicação junto à University of Wisconsin em 1977, utilizando uma metodologia ingênua para satisfazer as exigências da visão estreita do funcionalismo norte-americano então predominante nos estudos de comunicação, procurou-se estudar o processo de decisão dos editores dos jornais brasileiros tomando em conta o público visado (os diferentes destinatários), tentando diferenciar a presença do leitor implícito nestas decisões editoriais através de uma análise de dois tipos de jornais: os populares e os de elite. Ver Luiz Gonzaga Motta, "Ideological Decision Making – A Q-Analysis of Brazilian Editors News Selection", Ph.D. dissertation, University of Wisconsin, Madison, 1977.

<sup>18</sup> Gostar-se-ia de deixar claro que se tem reservas em relação a algumas das idéias dos teóricos da teoria da recepção. Mesmo assim, considera-se essa teoria como uma das correntes intelectuais mais estimulantes entre as tantas que vieram se encontrar com as teorias da comunicação nas últimas décadas.

<sup>19</sup> Iser, Wolfgang: "O que é a antropologia literária?", in Teoria da Ficção, Ed. Uerj, Rio de Janeiro, 1999. Segundo Iser, "o que distingue Geertz de Gans é o fato de que o primeiro se mantém mais próximo à confusão dos dados, cujo processamento exige que ficções sejam inventadas, possibilitando a apreensão do que foi observado; o último, entretanto, não dá muita atenção a detalhes etnográficos, fazendo da literatura uma ficção explicativa da cultura, numa construção totalizante. Ao forjar suas ficções, Geertz toma emprestado à literatura um roteiro centrado nos atores (actor oriented cenário), já Gans toma a ficcionalidade da literatura como o mais globalizante padrão explicativo para algo que, de outra maneira, seria incompreensível. Mas também afirma que há algo dado: a configuração de um centro e de uma periferia, configuração por ele vista como um universal discernível desde o início revolucionário da humanidade até o pós-modernismo." (p. 167).

<sup>20</sup> Iser, op. cit., pp. 147-155. Fez-se aqui uma interpretação pessoal do texto. Sugere-se a sua leitura para uma compreensão mais completa das idéias do autor.

<sup>21</sup> Iser, op. cit., p. 176-178.

<sup>22</sup> Iser, op. cit., p. 174-177.

<sup>23</sup> É bem verdade que a antropologia literária está mais próxima do pensamento de W. Iser do que ao de H. R. Jauss, que se preocupa mais com as questões da estética. É bem verdade também que W. Iser desenvolveu os seus conceitos da antropologia literária depois de haver escrito seus textos fundadores da teoria da recepção. Ainda assim, é a antropologia da literatura que fornece os conceitos fundadores para a teoria da recepção estética.

<sup>24</sup> Innerarity, D.: "A Experiência Estética Segundo Jauss", Introdução à H. R. Jauss, Pequena Apologia de la Experiência Estética, Paidós, Barcelona, 2002

<sup>25</sup> Jauss, op. cit., p. 72.

<sup>26</sup> Jauss, op., cit., p. 41.

<sup>27</sup> Iser, Wolfgang, O Fictício e o Imaginário, in J. C. C. Rocha, Teoria da Ficção, Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 1999, p. 70.

<sup>28</sup> Iser, op. cit., p. 3.

<sup>29</sup> Jauss, op. cit., pp. 57-79.

<sup>30</sup> Iser, op. cit., pp. 28-29.

<sup>31</sup> A memória coletiva tem aqui um papel fundamental, mas não se pode desenvolver uma discussão sobre este tema porque isto nos direcionaria para questões que se distanciam demais dos objetivos deste artigo. Cita-se aqui a respeito as observações de Albert Chillón sobre o diálogo permanente (ainda que inconsciente) dos comunicadores e meios com o acervo herdado das tradições, sem o qual é inconcebível qualquer nova produção de sentidos: "o feixe de idéias e crenças que forma a visão de mundo de cada comunicador finca suas raízes no húmus da cultura, isto é, nas tradições herdadas", diz ele. No que concerne à chamada informação de atualidade, observa ele, o novo e o inédito são motivados por marcos cognitivos preexistentes e por valores ideológicos e morais latentes. Cada fato novo ou inaudito é adscrito a um marco cognitivo já dado que lhe empresta inteligibilidade e compreensibilidade ao mesmo tempo em que o incorpora e legitima, permitindo domar a complexidade dos eventos e a contingência. A. Chillón, *Literatura y Periodismo*, UAB, Bellaterra, 1999, p. 55.

<sup>32</sup> Jauss, H. R.: *El Lector como Instancia de una Nueva Historia de la Literatura*, in J.A. Mayoral, *Estética de la Recepción*, op. cit., p. 77.

<sup>33</sup> Iser, W., op. cit., pp. 29-33.

<sup>34</sup> Zimmermann, Bernhard: *El Lector como Productor: En Torno a la Problemática del Método de la Estética de la Recepción*, in Mayoral, *Estética de la Recepción*, op. cit., pp. 39-55.

<sup>35</sup> Schwab, Gabriele: "Se ao menos eu não tivesse de manifestar-me: a estética da negatividade de Wolfgang Iser", in *Teorias da Ficção*, op. cit., pag. 35-45. Trata-se desta crítica à teoria da recepção no artigo "Por uma antropologia da notícia", *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Vol XXV, no, 2, Dez. 2002, pp. 11-41.

<sup>36</sup> Para a psicologia social convencional, as narrativas têm uma posição de mediação necessária, mas não determinante. Neste caso, a realidade é o que é, com independência de nossas explicações sobre elas. Nas psicologias alternativas, ao contrário, as narrativas passam a ter uma posição fundamental, pois as narrativas não são apenas ferramentas para representar o mundo e sim o mundo e os seres humanos existem em virtude de sua construção lingüística. Ver T. Cabruja, L. Íñiguez e F. Vasquez: *Cómo construimos el mundo: relativismo, espacios de relación y narratividad*, in *Análisi* 25, 2000, Universidad Autónoma de Barcelona, pp. 61-94.

<sup>37</sup> Cabruja, Íñiguez e Vasquez, op. cit., p. 65.

<sup>38</sup> Peter Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Vozes, Petrópolis, 1985, pp. 44-46.

<sup>39</sup> Ricoeur, Paul: *Tempo e Narrativa*, Tomo I, Papirus, Campinas, 1904, pp. 135/6.

<sup>40</sup> Não se quer entrar aqui nos aspectos sócio-econômicos da produção midiática que também influem na questão dos gêneros jornalísticos. Considera-se estes aspectos importantes, mas preferiu-se neste artigo concentrar e explorar as particularidades da questão lingüística para não desviar a atenção do foco principal do artigo.

<sup>41</sup> Nas notícias de interesse humano (*soft news*) a intriga pode aparecer de forma mais integral. Nestes casos, os procedimentos de análise poderão ser utilizados em uma só notícia como unidade semântica única. Trata-se desta questão adiante.

<sup>42</sup> A redundância é um conceito-chave neste processo. Redundância tem sido definida na teoria literária como um excedente repetitivo de sinais necessários para a transmissão de informações que suprem as perdas provocadas pelos ruídos, e asseguram a reiteração de elementos semânticos idênticos, capazes de garantir a coerência estrutural da intriga. Ver Reis e Lopes, op. cit., pp. 86-87.

<sup>43</sup> Barthes, Roland: *Estrutura da Notícia*, in *Crítica e Verdade*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1982.

<sup>44</sup> Ver a este respeito a dissertação de mestrado de Ana Gabriela G. V. da Silveira sobre A espetacularização da notícia e a cobertura do presidente Fernando Henrique Cardoso, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2002.

<sup>45</sup> A narratologia é um ramos da teoria literária ainda em conformação. A nosso ver, ela tem muito a oferecer à análise da comunicação jornalística. Sugere-se a leitura do texto "Análise da narrativa jornalística – construção de sentidos pela notícia, de Gustavo Borges, Jorge Augusto e Luiz Gonzaga Motta, XXIa COMPOS, Recife, junho 2003, onde a aplicação desta análise no jornalismo é considerada. Nas três últimas décadas houve uma atenção especial com a narratologia. Desde os textos fundadores dos formalistas russos, passando pelo estruturalismo semiológico até os avanços mais recentes da teoria literária, são inúmeras as publicações sobre a teoria da narrativa. Indica-se como referência T. Todorov, *As Estruturas Narrativas*, Perspectiva, S. Paulo, 1970; C. Reis e A.C.M. Lopes, *Dicionário de Teoria da Narrativa*, Atica, S. Paulo, 1988; M. Bal, *Teoria de la Narrativa*, Cátedra, Barcelona, 2001; G. Genette, *Nuevo Discurso del Relato*, Cátedra, Barcelona, 1998 e A. G. Domínguez, *Teorías de la Ficción Literaria*, Madrid, 1997.

<sup>46</sup> Duch, Lluiz, *Antropología da Vida Cotidiana*, Trota, Madrid, 2002. Para este autor, resulta muito mais decisiva a construção simbólica do que a construção social da realidade, pois a segunda só é possível através da primeira.

<sup>47</sup> Duch, 2002, op. cit, p. 39-40.